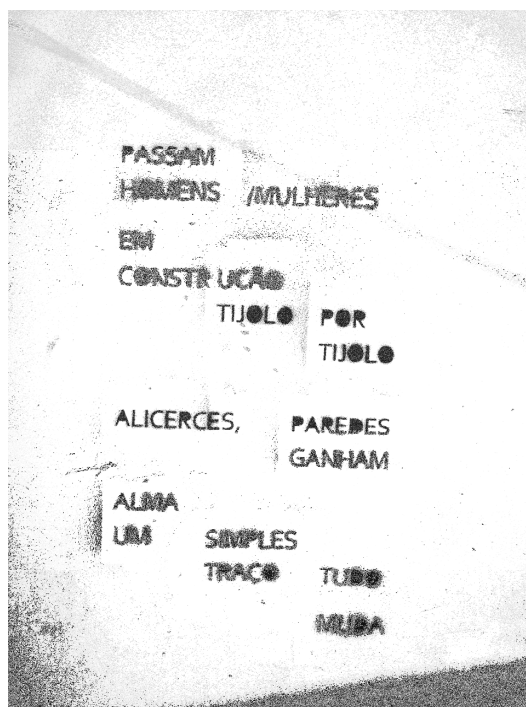




**FACULDADE DE ARQUITECTURA**  
UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

## **QUALIFICAÇÃO URBANA COMO VALORIZAÇÃO DA IMAGEM DA CIDADE**

CONTRIBUTO DO ESPAÇO PÚBLICO PARA A INSERÇÃO SÓCIO-URBANÍSTICA



Nádia Solange Silva Fernandes

(Licenciada)

Projecto para a obtenção do Grau de Mestre em Arquitectura com especialização em Urbanismo

**Orientador científico:** Professora Associada Isabel Ortins de Simões Raposo

**Júri:**

Presidente: Doutor Pedro George

Vogais: Doutora Isabel Raposo

Doutor João Cabral

Lisboa, FAUTL, Dezembro, 2013

## Introdução

O projecto final que aqui se apresenta enquadra-se no tema da qualificação urbana. Existem várias noções ligadas a operações de transformação urbana que indicam diferenças no tipo de intervenção que se pretende fazer: reabilitação, regeneração, revitalização, renovação, reconversão, (re)qualificação. Se nos referirmos a situações de bairros autoproduzidos, cujas habitações são construídas em terrenos próprios, referimo-nos a regeneração/reconversão como é o caso das áreas urbanas de génese ilegal em Portugal. Se o terreno não pertencer ao residente, como no bairro da Cova da Moura, tem sido utilizada a noção de qualificação urbana. Entende-se a qualificação como um modelo de intervenção adequado para intervir nas áreas urbanas degradadas e instaladas em terrenos alheios. O modelo envolve um conjunto de operações que abrangem o reaproveitamento, a readaptação e a transformação com o objectivo de melhorar as condições de habitabilidade e o uso dos espaços, quer privados, quer públicos, da área em questão. A qualificação visa a atribuição de um novo carácter ao tecido económico e social.

O Bairro da Cova da Moura, que constituirá o caso de estudo para o qual se elabora uma proposta de qualificação, é um bairro autoproduzido com carências de infra-estruturas e de espaços públicos qualificados, com equipamentos e acessibilidade deficiente. Sabendo que no espaço público interagem diversos grupos sociais e diferentes percursos de vida, pretende-se compreender como é que a qualificação do espaço público pode contribuir para a qualificação do espaço do bairro no seu todo, e para a inserção social da sua comunidade, esbatendo as diferenças sócio-espaciais e reduzindo a pobreza urbana e económica do lugar.

O processo de qualificação de uma malha urbana auto-produzida supõe a reciprocidade entre o existente e o novo e a articulação com o tecido urbano envolvente, para lograr uma cidade coesa mas em que cada parte tenha o seu aspecto singular. Este pensamento de reciprocidade também se aplica na relação entre o espaço público e as relações sociais, ou seja, o espaço tem de ser propício para a interacção das diferentes “personagens” do cenário quotidiano. Portanto, o projecto não deverá ter em conta apenas o espaço físico, mas também as transformações sociais que a sua qualificação irá gerar e as novas vivências espaciais que permitirá. Deste modo os objectivos do projecto final abarcam duas componentes: urbanística e social. Ao longo do relatório reflecte-se sobre os seguintes itens: reforço da qualidade ambiental e do conforto dos espaços; criação novos equipamentos colectivos, serviços e espaços verdes, ou reaproveitamento dos existentes; reabilitação

tecidos urbanos degradados; reabilitação o espaço de modo a criar uma identidade que aumente a atractividade do local; criação de espaços públicos articulados com a cidade envolvente; melhoria da acessibilidade e mobilidade incluindo a circulação (automóvel e pedonal) e os espaços para o estacionamento; reforço da coesão territorial e social; e dinamização as actividades económicas através de iniciativas locais.

A realização do relatório implicou uma pesquisa e análise bibliográfica em livros, artigos de revistas, *sites* da internet e publicações *on-line*, bem como uma análise cartográfica do bairro da Cova da Moura, para além das visitas ao bairro para observar o local e contactar com os residentes. Houve também a oportunidade de participar num debate com urbanistas franceses e em *workshops* no âmbito do projecto do GESTUAL, financiado pela FCT, “Este Largo Podia Ser Assim”, e de contribuir para a exposição sobre a qualificação do bairro no quadro do “Kova M Festival 2013” desenvolvido pelo Moinho da Juventude, uma das associações locais.

Este relatório divide-se em duas partes: a primeira aborda o estado da arte em dois capítulos, o primeiro sobre a (re)qualificação urbana de bairros auto-produzidos e o segundo sobre a qualificação do espaço público, nos quais se apresentam noções que espelham diferentes formas de intervir e casos de referência que servirão de apoio para o projecto,. A segunda parte organizada em mais dois capítulos aborda o caso de estudo: o terceiro capítulo expõe a análise e o diagnóstico do bairro da Cova da Moura; e o quarto e último capítulo apresenta os princípios de intervenção, os eixos e objectivos estratégicos, os critérios de qualificação bem como o plano de qualificação do espaço público onde se justificam e fundamentam as opções tomadas no processo de desenho da nova realidade urbanística da Cova da Moura.



## **Qualificação Urbana como Valorização da Imagem da Cidade**

Nádia Solange Silva Fernandes

Orientador científico: Professora Associada Isabel Ortins de Simões Raposo

Mestrado: Arquitectura – Especialização em Urbanismo

Lisboa, FAUTL, Dezembro, 2013

### **RESUMO:**

O Bairro da Cova da Moura é um território auto-produzido que resulta da ocupação de um terreno agrícola desde a década de 1970 cujas habitações se adaptam às necessidades e recursos dos residentes. A sua origem, as formas de habitar, as vivências e as manifestações culturais próprias do bairro reflectem-se na configuração do seu espaço urbano: um território separado dos bairros vizinhos com características próprias quer materiais, quer imateriais. Na linha dos princípios da Iniciativa Bairros Críticos e dos desejos da maioria dos moradores este projecto final de mestrado propõe a qualificação do bairro, apostando na preservação do edificado existente e na estruturação e melhoria do espaço público. Com a interrupção da referida Iniciativa e do Plano de Pormenor para o bairro, na situação de crise económica do país pretende-se melhorar as condições de vida dos actuais residentes com acções que possam ser realizadas sem grandes meios.

Para atingir estas metas procedeu-se a uma análise bibliográfica sobre dois temas: (i) a requalificação urbana de áreas auto-produzidas e modelos de intervenção nestas áreas que servem de base para reflexão sobre o lugar; (ii) e estratégias de desenho do espaço público que possam ser úteis para o projecto de qualificação do espaço público da Cova da Moura.

Com a proposta de qualificação do bairro da Cova da Moura pretende-se que este se torne num território confortável, seguro e acessível e que ofereça melhores condições de vivência no espaço público, o qual é vivido com muita intensidade e como uma extensão do espaço doméstico pela comunidade africana. Pretende-se concretizar uma intervenção que reforce a identidade do lugar, que lhe dê mais visibilidade, diminua o estigma social e as diferenças com os territórios envolventes.

**Palavras - chave:** Qualificação, Espaço Público, Cova da Moura





## **Urban Qualification as Valuation of the City Image**

Nádia Solange Silva Fernandes

Scientific Advisor: Professora Associada Isabel Ortins de Simões Raposo

Master's Degree: Architecture – Urbanism Specialization

Lisbon, FAUTL, December, 2013

### **ABSTRACT**

The Cova da Moura Neighbourhood is a self-produced territory, which is the result of the occupation of agricultural grounds since the 1970 whose dwellings are adapted to the needs and resources of the residents. Its origin, the ways of living and the particular cultural manifestations of the neighbourhood are reflected on the configuration of its urban space: a territory separated from its adjacent neighbourhoods with its own set of characteristics, both material and immaterial. Following the principles of the Iniciativa Bairros Críticos (Critical Neighbourhoods Initiative) and the desires of most inhabitants, this Masters' Final Project proposes the qualification of the neighbourhood, betting on the preservation of the existing buildings and in structuring and improvement of public space. With the interruption of that initiative and master plan for the neighborhood, and the country's economic crisis it is intended to improve the living conditions of current residents with actions that could be undertaken without great means.

To reach these goals, bibliographic analysis on two topics was carried out: (i) urban refurbishment of self-produced areas and intervention models in these areas that serve as a basis for reflexion on the place; (ii) and public space design strategies that may be useful for the public space qualification project in Cova da Moura.

With the qualification proposal for the Cova da Moura neighbourhood, it is intended that this territory becomes more comfortable, safe and accessible, and that it offers better conditions for outdoors experience, which is very intense and experienced as an extension of the domestic space throughout the African community. It is intended to fulfil an intervention that reinforces the identity of the place and that gives it more visibility, by reducing the social stigma and the differences with the surrounding territories.

**Key-words:** Qualification, Public Space, Cova da Moura

# CAPÍTULO 1: (RE)QUALIFICAÇÃO URBANA

## 1.1. Paradigmas de Intervenção

Segundo o documento da DGOTDU (2008)<sup>1</sup> a requalificação urbana está directamente ligada a aspectos de valorização ambiental, de melhoria da qualidade do meio urbano e de desenvolvimento urbano. A requalificação urbana tem dois objectivos: a resolução de problemas e a eliminação de riscos com base em “*factores que favoreçam a identidade, a habitabilidade, a atractividade e a competitividade*” (id.: 67). De acordo com o documento, este conceito assenta em acções relacionadas com:

- A mobilidade (o tráfego de veículos e as formas de deslocação das pessoas no meio urbano);
- As infra-estruturas, nomeadamente iluminação pública, rede de água, telecomunicações, segurança, gás;
- Os equipamentos;
- Elementos arquitectónicos de referência;
- Espaços públicos;
- Espaços naturais.

Por sua vez, no relatório final de *Políticas Públicas de Revitalização Urbana* (GUERRA, coord., 2005: 21) a requalificação é entendida como uma abordagem que assenta na incorporação de bons valores urbanos com o intuito de melhorar as condições de vida. Nesta óptica, de acordo com este documento, a requalificação intervém nos seguintes níveis:

- Na recuperação e/ou construção de equipamentos e infra-estruturas;
- Na valorização do espaço público;
- Na composição e reutilização dos espaços.

Estas preocupações com a qualidade de vida, o ambiente urbano e com o desenvolvimento das cidades intensificaram-se no pós-guerra, período especialmente preocupado com o funcionamento da cidade, e persistiram ganhando novas configurações nos finais do século XX, em que se investe na renovação das zonas degradadas dos centros urbanos e na regeneração e reconversão das suas áreas industriais em decadência. Face aos diferentes

---

<sup>1</sup> Aprovado no Decreto Regulamentar 9/2009, de 29 de Maio.

problemas de “*densificação e precarização de bairros*” degradados (RAPOSO, 2012: 113) existem diferentes formas e de reflectir sobre como intervir e melhorar a cidade e estes bairros.

Referindo-se aos paradigmas de intervenção na cidade existente, Raposo faz uma distinção entre: o modelo higienista, racionalista e funcionalista que remete para a renovação urbana, e o modelo de “construir no construído”, emergente e interaccionista (*id.*: 112). Segundo a autora, o modelo de renovação urbana tem origem no século XIX e era fundamentado por motivos de higiene pública e razões estéticas e estava associado a processos de *gentrification* com alterações na composição social da população. Os princípios da Carta de Atenas de 1933 servem de justificação à continuidade das demolições maciças em grande escala e à construção dos grandes conjuntos de habitação social no pós-guerra. Neste artigo, são apresentados alguns exemplos destas intervenções em cidades dos Estados Unidos da América e da Europa.

No mesmo artigo, Isabel Raposo reflecte sobre as novas tendências de intervenção que emergem nos anos 1970 e 1980, e incluem nas suas linhas orientadoras a consideração pelo lugar; as pré-existências, a sua identidade e a sua dimensão cultural e social; “*delineiam-se outras políticas que visam a melhoria das condições de vida, a qualificação do existente, como a beneficiação in situ e a auto-ajuda, que se baseiam nos direitos dos beneficiários, no direito à cidade, ao lugar e à habitação, são centradas nos sujeitos, adaptadas às realidades sociais, na luta contra a pobreza e a exclusão social*” (*id.*: 115). O artigo explica como surgem os conceitos de (re)qualificação e (re)ordenamento, que se aplicam às áreas habitacionais autoproduzidas que se erguem nas periferias das cidades, como é o caso do Bairro da Cova da Moura.

Segundo o documento da DGOTDU (2008), a requalificação não visa apenas a melhoria das preexistências podendo também integrar acções de renovação, para além de acções de reabilitação e reestruturação, bem como de regeneração e revitalização: “*Entende-se por requalificação uma operação de renovação, reestruturação ou reabilitação urbana, em que a valorização ambiental e do desempenho funcional do tecido urbano constituem objectivos primordiais da intervenção*” (*id.*: 67). No entanto, no *Glossário de Desenvolvimento Territorial* (2011: 28), a DGOTDU distingue a requalificação da regeneração e revitalização pelos seus objectivos e resultados: a requalificação tem como objectivo principal a valorização

ambiental e o desempenho funcional, enquanto a regeneração e revitalização têm como meta “*transformar a base socioeconómica obsoleta de áreas urbanas*” (id.: 28).

Três das operações que os dois documentos referidos da DGOTDU associam à requalificação são distintas:

- A renovação urbana implica alteração drástica da morfologia e tipologias conferindo ao território um novo desenho urbanístico, bem como uma nova estrutura fundiária;
- A reabilitação urbana envolve a conservação de elementos que fazem parte do tecido urbano. As características relevantes da morfologia são mantidas e a estrutura fundiária pode, ou não, ser mantida;
- A reestruturação urbana visa introduzir novos elementos organizadores do aglomerado urbano, o que pode implicar a demolição de partes do tecido para uma posterior colmatação com nova construção.

O *Relatório Final de Políticas Públicas de Revitalização Urbana* (GUERRA coord., 2005) faz uma distinção bem clara destes conceitos e não os associa à requalificação, a qual ganha uma identidade própria. Neste relatório também é explicitado o conceito de revitalização como acção que intervém ao nível socioeconómico integrando o papel de um certo território no sistema urbano para lhe conferir novas actividades e dinamizar as antigas (id.: 23).

Na publicação *Cadernos e Edifícios* (COELHO, coord., 2005) não são referidos os paradigmas de intervenção, mas são apresentadas “*bases da qualificação*” (id.: 229) entendidas como critérios para melhorar a aptidão do ambiente urbano; das quais se destacam:

- “*Integração e Continuidade*”
  - Sequências físicas e visuais;
  - Ligação de espaços públicos a outras componentes urbanas;
  - Aptidão para o uso.
- “*Qualidade da Imagem Urbana, Funcionalidade e Vitalização*”:
  - Programação de visualizações singulares e estimulantes para aumentar o interesse e atracção do espaço público;
  - Desenho urbano e tratamento do lugar a várias escalas .

- *“Apropriação”*:
  - Estimular a interação social e combater o sedentarismo.
- *“Qualidade do projecto”*
  - Coerência da forma urbana, dos espaços de circulação e infra-estruturas, dos espaços verdes e de lazer.
- *“Vizinhanças próximas”*
  - Hierarquizar e valorizar os espaços entre o interior e o exterior, os espaços de transição, os espaços nas proximidades da habitação.
- *“Espírito do lugar”*
  - *“Caracterização de cada lugar, como único e em total sintonia com a envolvente.” (id.: 241)*

Neste documento (COELHO, coord., 2005) o espaço público aparece como o principal protagonista da (re)qualificação urbana, um tema que será abordado no capítulo seguinte. Para o presente relatório interessa-nos a abordagem menos teórica e mais prática deste documento. Nesta perspectiva, que o presente texto investiga as metodologias utilizadas em intervenções de (re)qualificação.

## 1.2 Áreas autoproduzidas e exclusão sócio-espacial

Para abordar este tema é importante compreender a relação entre a exclusão social e a segregação espacial. Isabel Guerra (2001)<sup>2</sup>, apresenta algumas das causas que promovem os dois fenómenos os quais evoluem paralelamente. A autora aponta a importância das cidades recordando por um lado que em Portugal a população concentra-se em duas grandes áreas metropolitanas – Lisboa e Porto e, por outro, que  $\frac{3}{4}$  da população europeia reside em cidades com mais de 10 000 habitantes. A cidade organiza a produção e distribui os benefícios urbanos, e no ideal deve ser um *“mecanismo de democracia, política e justiça social”* (id.: 47). A autora defende que a *“nova ordem económica”*, designada *“modernização globalizada”* produz alterações na cidade acompanhando as modificações de base económica, e interferindo em questões sociais, nomeadamente nos valores que vão construir a *“identidade das pessoas e dos grupos”* criando consequências muitas vezes negativas nas estruturas de integração e inserção social (id.: 48). Estas mudanças afectam diferentes grupos de formas variadas e o espaço pode ser ao mesmo tempo um espelho e um factor agravante da exclusão social da sua dimensão devido às condições débeis de vida urbana nalgumas áreas. Isabel Guerra aponta alguns aspectos das diferenças sociais que se têm vindo a acentuar desde os anos 80:

- As diferenças culturais;
- Os diferentes modos de vida;
- A desigualdade dos padrões de consumo;
- A diferença entre a classe trabalhadora, a classe média, *versus* os *“migrantes não integrados e crescentemente ‘guetizados’ ”*. (id.: 49)

No seu artigo, Isabel Guerra deixa algumas *“Recomendações para o ensaio de projectos inovadores de intervenção social urbana”*:

1. *“Gestão participada;*
2. *Reformas na administração pública que tragam uma maior aproximação aos habitantes;*
3. *Articulação entre meios e objectivos;*
4. *Evitar intervenções que não considerem a cidade como um todo, ou seja, intervenções demasiado isoladas;*
5. *Aprofundamento de novas metodologias de acção”*.(id.: 52)

---

<sup>2</sup> Socióloga dedicada às questões da Sociologia Urbana e Sociologia Territorial.

Noutra perspectiva, Oriol Ne.Lo<sup>3</sup> (2008) declara que a segregação espacial está associada ao processo de urbanização capitalista em que os preços imobiliários variam com as características do lugar. Isto funciona com um filtro onde os grupos sociais mais ricos têm maior possibilidade de escolha.

Numa reflexão sobre as favelas brasileiras, o arquitecto urbanista Érico Costa (2004) afirma que as condições de vida se espelham na qualidade da habitação. Costa escreve que a classe média se auto segrega optando por condomínios privados criando limites invisíveis de estigma e preconceito. Ainda acrescenta, citando Bourdieu (1999), que a sociedade é construída ao mesmo tempo por relações de proximidade e de separação.

Estes espaços segregados prejudicam a qualidade do ambiente urbano e a qualidade de vida. Existem variadas designações de acordo com os autores bem como diferentes expressões destes espaços no meio urbano.



Fig. 1 - Soweto Slum, Quénia  
Fonte: <http://archiken.wordpress.com>

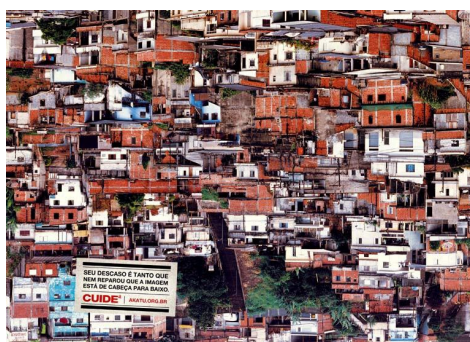


Fig. 2 - Favela do Rio de Janeiro  
Fonte: <http://designculture.com.br>



Fig. 3 - Bairro Cova da Moura, Amadora  
Fonte: <http://www.bing.com/>



Fig. 4 - Gecekondu, Turquia  
Fonte: <https://www.facebook.com/pages/Shantytown/>

<sup>3</sup> Geógrafo espanhol especializado em estudos urbanos e planeamento.

*“By the 1870s British legislation associated the term ‘slum’ with unhealthy conditions, also empowering local authorities to demolish and replace housing that had been given this label (Garside, 1988)”*

*(‘Slum’ Upgrading and ‘Slum’ Eradication under MDG Seven Target Eleven, 2011: 2)*

A arquitecta Marie Huchzermeyer (2011) explica que o conceito *slum* remonta aos finais do século XIX ligado à noção de demolição e de substituição, utilizado nas colónias britânicas, como a Índia e o Quênia, para justificar as demolições em massa de aglomerados em condições insalubres. Como diz a autora este conceito não se refere apenas à habitação degradada, mas estende-se a todos os assentamentos não planeados e sem autorização levados a cabo pelas famílias pobres. O conceito de ‘assentamentos informais’ passa a ser sinónimo de *slum* com a sua utilização pela ONU que o definiu como um estado de *“inadequate access to safe water; inadequate access to sanitation and other infrastructure; poor structural quality of housing; overcrowding; insecure residential status (UN-Habitat, 2003: 23)” (id.: 4).*

O slogan *Cities Without Slums*, cujo objectivo geral é melhorar as condições de vida dos habitantes em assentamentos informais, conduziu a diferentes abordagens sobre o tema e a várias publicações. Huchzermeyer diz que persiste a preocupação em clarificar o conceito e que a definição das Nações Unidas inclui quer assentamentos informais, quer condições impróprias para habitar.

Em português, *slums* e assentamentos informais são apelidados de ‘áreas degradadas da cidade’, ‘áreas críticas’, ‘áreas autoconstruídas’, ‘áreas de génese ilegal’ e como propõe Isabel Raposo (2012) ‘áreas autoproduzidas’.



## 1.3. Modelos de Intervenção em Áreas Autoproduzidas

### 1.3.1. Estratégias e Programas Internacionais

#### **Estratégias de Melhoramento e Reabilitação de *Slums* em Moçambique, José Forjaz**

*“Uma estratégia para o melhoramento e a reabilitação de slums é uma questão difícil de resolver”* afirma o arquitecto José Forjaz (2005)<sup>4</sup> no âmbito de um projecto para as Nações Unidas. Este autor identificou um conjunto de princípios inerentes a este tipo de intervenção e quais as linhas principais a ter em conta no processo de tomada de decisão

Entre os princípios enumerados destaca-se a sustentabilidade das intervenções, através da responsabilização dos beneficiários pelo seu futuro, durante os processos de criação e estruturação do projecto. José Forjaz acrescenta que o projecto não pode ser uma mera experiência, e que implica ter uma noção exacta do contexto em que se trabalha, quer do ambiente físico e construído, quer da população. Neste processo de conhecimento é fundamental ter em consideração a forma de habitar das famílias.

José Forjaz reforça a importância de implicar os residentes na definição das prioridades do projecto e recorda o seu direito de opinar e contribuir para o espaço onde vivem. Este envolvimento também se pode traduzir na obtenção de mão-de-obra, para as acções de melhoramento mesmo que temporária:

*“A reabilitação de um slum deveria levar à criação de empregos permanentes, uma vez que a noção de serviços e benefícios comuns seja inserida nos valores comunitários, que deveriam, esses, ser uma das principais consequências de qualquer intervenção de melhoria urbana.”* (FORJAZ, 2005: 97)

O autor faz também alusão à nova distribuição cadastral que deve ser certificada e comunicada a cada residente, bem como os direitos e parâmetros de utilização e ocupação do solo que devem estar registados no mesmo cadastro para que todas as parcelas tenham um estatuto claro para todos.

---

<sup>4</sup> Professor e director durante mais de vinte anos da Faculdade de Arquitectura e Planeamento Físico de Moçambique.

O autor defende que os habitantes de *slums* melhorados apreendem mais facilmente os valores, os hábitos de civilidade e os padrões de comportamento urbanos e a sua motivação e iniciativa para transformar as circunstâncias em que vivem aumentam.

### **Perspectivas e Técnicas de Intervenção nas Favelas (no contexto do Programa Favela – Bairro), Jorge Jaurégui**

A cidade do Rio de Janeiro é particularmente afectada pelo fenómeno de exclusão social e territorial, como afirma Bettencourt (2011)<sup>5</sup>. Segundo refere Érico Costa (2004), no Brasil as políticas habitacionais estão directamente relacionadas com o crescimento das favelas existentes e com o aparecimento de novos assentamentos irregulares. Este crescimento não é apenas motivado pelas migrações do campo para a cidade, as quais estagnaram nos anos 1960, no caso das primeiras favelas, mas também porque, citando Taschner (1990), a *“maioria dos moradores [da cidade] se mudou para as favelas através de uma filtração descendente”* resultante da falta de espaço, do empobrecimento da população e, principalmente, da dificuldade em aceder ao mercado imobiliário formal.

Com o propósito de qualificar estas áreas foi implementado no Rio de Janeiro o Programa Favela Bairro, uma das iniciativas habitacionais acolhida e desenvolvida pela Prefeitura do Rio de Janeiro em 1993 com a formação do Grupo Especial de Assentamentos Populares, segundo explica Salomon<sup>6</sup> (2005). As intervenções abrangidas por este programa permitiram aos habitantes o uso de infra-estruturas básicas e acesso a equipamentos indispensáveis, acrescenta Érico Costa.

Segundo Salomon (2005), a Secretaria Municipal de Habitação organizou vários concursos públicos aos quais se candidataram ateliês que conceberam planos de intervenção debruçados sobre os pontos de maior fragilidade das áreas intervencionadas:

- Traçado de rede viária;
- Iluminação pública;
- Recolha de lixo;
- Acesso a serviços públicos de água, esgoto e drenagem;
- Construção de equipamentos comunitários;

---

<sup>5</sup> Mestre em Arquitectura pela FAUTL em 2011.

<sup>6</sup> Arquitecta urbanista argentina que trabalha na da Cidade do Rio de Janeiro. Estudou em Veneza planeamento urbano e regional para países em desenvolvimento.

- Geração de programas relacionados com o desporto, lazer, e geração de emprego;
- Reflorestação.

No final de cada intervenção, Salomon refere que é formado um mapa cadastral onde está definido o espaço público e também as condicionantes de uso e ocupação do solo, com grande enfoque para as áreas de risco geológico.

Bettencourt (2011) refere no seu trabalho a importância do programa favela bairro para a consolidação de ideias referentes à inserção e qualificação de favelas e à definição do próprio conceito, indo mais além das iniciativas anteriores da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS) e do Projecto Mutirão em 1980.

Para Jorge Jaurégui, um dos arquitectos - urbanistas que participou no Programa Favela – Bairro, a diferença trazida pelo programa favela - bairro é que *“hoje, se trata de pensar primeiro o global, isto é, ter uma reflexão sobre a cidade como um todo, e, a partir da leitura da estrutura de cada lugar e da escuta das demandas, derivar o Partido Urbanístico, isto é, o princípio estruturador geral de um projecto.”* (em entrevista a PINA, [s.d.])

Para Jaurégui, intervir na cidade informal é uma articulação de três pontos essenciais: os aspectos físicos, os sociais e os ecológicos. No quadro físico e ecológico prevalece o conhecimento e compreensão do local de intervenção a nível arquitectónico, urbanístico e ambiental; no quadro social o arquitecto defende que é importante ouvir e ter em consideração as preocupações da população.

Jauregui considera fundamental a valorização das relações sociais e dos aspectos culturais através da reabilitação do lugar como alternativa ao realojamento. Só assim é possível resgatar a identidade do lugar. O arquitecto destaca que o realojamento pode ser uma solução a pôr em prática apenas em última instância. Assim, o direito ao lugar é promovido e há uma demonstração de respeito pelas comunidades. Jaurégui pretende que as suas intervenções fomentem o direito à cidade e à urbanidade, diminuindo as diferenças sociais e tornando a cidade menos dispersa.

Jaurégui defende a importância de ter em conta a escala, na escolha das metodologias e formas de abordagem do trabalho, afirmando que *“é necessário trabalhar de forma*

*coordenada pondo em relação e interceptando diferentes visões e formas de abordar” Nas suas intervenções, procura introduzir o que faz falta recorrendo à criação de “novas condições de acessibilidade, com a recomposição das centralidades, e a incorporação de novos serviços e equipamentos.” (ibid.)*

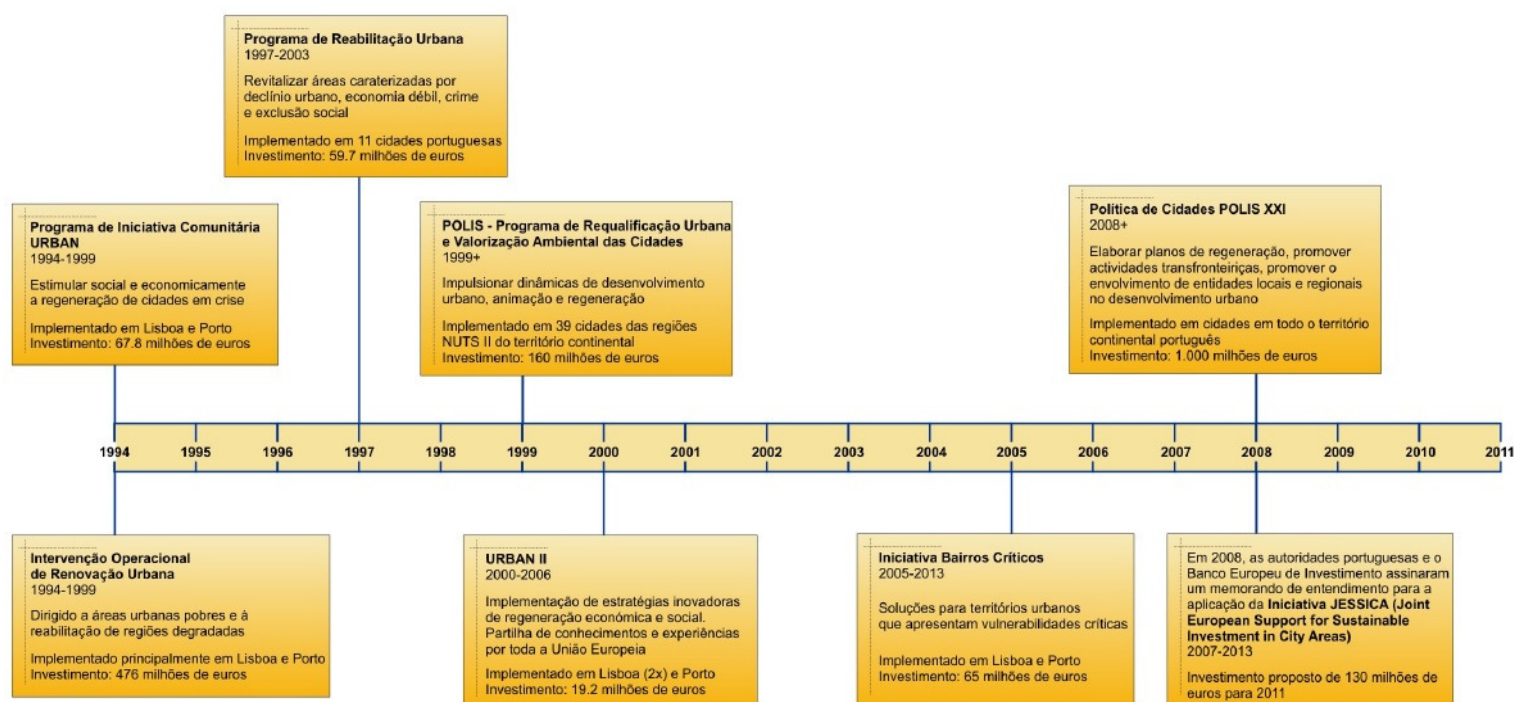
Na entrevista anteriormente referida, quando lhe é perguntado como se aplicariam estas ideias a países como Portugal e o arquitecto responde:

*“É necessário formular novas estratégias flexíveis de articulação e desenho urbano, desde um pensamento que contemple uma visão abrangente, não reducionista das questões envolvidas. Questões que envolvem a própria forma de aproximação (approach), os conceitos a serem utilizados, as metodologias empregadas, a necessidade de realizar com precisão a adequada leitura da estrutura de cada lugar, os dispositivos a serem utilizados para a “escuta das demandas”, as articulações entre cultura profissional e cultura popular a serem feitas, e a construção de “vazios significativos”, todo o qual constitui um complexo emaranhado de “material e imaterial” que deve ser articulado nos estudos e projectos, de modo consistente.” (ibid.)*

### 1.3.2. Programas de Desenvolvimento Urbano em Portugal

Este subtema aborda de forma sucinta três programas de desenvolvimento urbano aplicadas em Portugal desde meados dos anos 90, que constituem experiências inovadoras neste campo: o programa *Urban*, o programa PROQUAL e a a Iniciativa Bairros Críticos. A Iniciativa Bairros Críticos vem também introduzir o Bairro da Cova da Moura, a área de intervenção em que incide este projecto final de mestrado. Apresentar-se-ão de seguida os principais objectivos, princípios orientadores e linhas de acção dos três programas, com base nos documentos originais e em estudos comparativos.

QUADRO 1 - CRONOGRAMA DE PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO URBANO PORTUGUESES



Fonte: Estudo da Ecorys e CEDRU (2011)

Estes três programas foram desenvolvidos para combater problemas socioeconómicos e urbanos decorrentes da desindustrialização e das medidas de política económica, o aumento das taxas de desemprego, a falta de qualificação da população em idade activa e da degradação de algumas áreas urbanas (ECORYS, CEDRU, 2011: 19). De seguida encontram-se sintetizados alguns dos problemas que se pretendem enfrentar:

QUADRO 2 - ALGUNS PROBLEMAS URBANOS EM PORTUGAL

Problemas	Consequências
1. Desindustrialização	- Aumento do desemprego da população menos qualificada
2. Imigração	- Mais e maiores desafios urbanos
3. Desertificação dos centros	- Perda de população
4. Degradação do edificado	- Maior número de edifícios devolutos e degradados
5. Mercado imobiliário	- Aumento de edifícios de habitação devolutos e degradados
6. Sub – urbanização/ cidade dispersa	- Dificuldade em manejar a procura de habitação - Maior pressão nas infra-estruturas
7. Escassa gestão da habitação social	- Maior procura do apoio social - Elevada taxa de desemprego - Níveis baixos de instrução da população
8. Dependência do automóvel	- Poluição
9. Ineficiência na utilização energética	- Edifícios com baixa eficiência energética

Fonte: Adaptado da Análise da Ecorys e CEDRU (2011)

#### *Programa de Iniciativa Comunitária Urban (1994-1999)<sup>7</sup>*

O programa Urban é uma iniciativa lançada pela Comunidade Europeia em 1994 no quadro do Programa de Acção para um Desenvolvimento Urbano Sustentável. O programa defende a qualificação e revitalização de áreas urbanas que manifestem sintomas como a degradação urbana, a deterioração da qualidade de vida, a recessão económica, o desemprego e fenómenos de exclusão social. As cidades onde se aplicou o programa foram determinadas pelos Estados-Membros. As operações piloto envolveram as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto e os municípios que participaram na iniciativa foram: Lisboa, Oeiras, Loures, Amadora, Gondomar e Vale de Campanha.

Segundo o portal do Quadro Comunitário de Apoio<sup>8</sup>, o programa Urban tem dois objectivos fundamentais:

1. Introduzir novos princípios para a formulação e aplicação de estratégias de revitalização socioeconómica de forma a promover a qualidade de vida de populações residentes em centros e periferias;
2. Promover a revitalização e a sustentabilidade no âmbito do desenvolvimento urbano.

<sup>7</sup> Decreto de Lei n.º 262/95, Diário da República, 1ª série – n.º 230.

<sup>8</sup> Disponível em [www.qca.pt](http://www.qca.pt) (consultado a dia 3/05/2013.)

O programa *Urban* enumera como princípios das suas intervenções: a igualdade, o direito a um lugar de qualidade ambiental e uma abordagem integrada. O programa apresenta como linhas gerais de intervenção:

- A requalificação de áreas obsoletas para que se tornem sítio de oportunidade;
- O desenvolvimento de redes de transportes mais amigas do ambiente;
- A redução de resíduos e poluição e o uso de energias renováveis;
- A melhoria de planos de educação e formação;
- A implementação de estratégias para combater a exclusão;
- A promoção da capacidade empresarial local.

Como podemos ver no quadro 1, durante o período de implementação do *Urban*, o Quadro Comunitário de Apoio II lançou a Intervenção Operacional de Renovação Urbana que apoiou a qualificação de bairros carenciados de Lisboa e do Porto.

O estudo realizado pela *Ecorys* considera que o programa *Urban* teve êxito, nomeadamente porque possibilitou a emergência de outros programas/ iniciativas:

- O Programa de Reabilitação Urbana (PRU) em 1997 que seguiu os passos pioneiros do programa antecedente;
- Em 1999, o MAOT<sup>9</sup> lançou o Programa POLIS para mais de trinta cidades portuguesas, que investiu sobretudo na qualificação de novas centralidades, incidindo com particular ênfase no ambiente e no espaço público (ver desenvolvimento no capítulo 2);
- O programa *Urban II* (2000-2006) cujos objectivos se resumem à promoção da qualidade de vida nas áreas urbanas em crise e nos subúrbios das cidades. As áreas escolhidas para as intervenções teriam de estar numa situação crítica relativamente a: *“desemprego de longa duração, escassa actividade económica, pobreza e exclusão social, necessidade de reconversão, presença de imigrantes e minorias, baixo nível de instrução e abandono escolar, criminalidade e delinquência, evolução demográfica desfavorável, ambiente degradado.”*<sup>10</sup> As zonas escolhidas para o programa foram Gondomar, Vale de Alcântara e Damaia/Buraca que contemplou o Bairro da Cova da Moura;
- Até 2003 foi desenvolvido o Programa Integrado de Qualificação das Áreas Suburbanas da Área Metropolitana de Lisboa – PROQUAL, no âmbito do programa

---

<sup>9</sup> Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território.

<sup>10</sup> Disponível em [www.qca.pt](http://www.qca.pt) (consultado a dia 3/05/2013.)

*Urban II* que se desenvolveu em sete municípios (Amadora, Loures, Odivelas, Oeiras, Moita, Setúbal e Vila Franca de Xira);

- Em 2005, foi lançada a Iniciativa Bairros Críticos também impulsionada pelos resultados dos programas *Urban*. A iniciativa contou com parcerias entre oito ministérios e entidades regionais, nacionais e locais e interveio num bairro da área metropolitana do Porto e em dois da área metropolitana de Lisboa.

#### *Programa PROQUAL da Brandoa (2003-2008)*

O programa PROQUAL enquadra-se na política de requalificação sócio-urbanística desenvolvida pelo Ministério do Planeamento e tem como ferramentas o programa *Urban II* e o Programa de Valorização de Pequenas Cidades.

O objectivo geral do programa é promover a requalificação de áreas suburbanas degradadas através:

- *“Da Reabilitação do espaço público;*
- *Do apoio à educação;*
- *Da formação e inserção profissional*
- *Da acção social*
- *Do aumento da rede de equipamentos sociais;*
- *Da dinamização de iniciativas económicas locais.”<sup>11</sup>*

A Amadora foi um dos municípios abrangidos pelo PROQUAL, o qual *“pretende combater os fenómenos de exclusão social e colmatar uma tendência de redução de assimetrias territoriais, dando ênfase à estabilização da área metropolitana de Lisboa e contribuindo para uma maior coesão do território”*. (ibid.)

O PROQUAL no município da Amadora incidiu na Brandoa. O objectivo estratégico era qualificar o tecido urbano e social através:

- Da melhoria das condições de acessibilidade;
- Da requalificação e criação de espaços públicos de qualidade;
- Da construção de equipamentos sócio-culturais, desportivos e educativos;
- E da melhoria da formação profissional.

---

<sup>11</sup> Disponível em [www.ccdr-lvt.pt](http://www.ccdr-lvt.pt) (consultado dia 23/08/13)



Os aspectos positivos destas intervenções englobam o reforço da coesão social e territorial e além disso, a freguesia passou a constituir uma nova centralidade à escala local.

#### *Iniciativa Bairros Críticos (2005-2013)<sup>12</sup>*

O portal do IHRU expressa a necessidade de inovar as abordagens, para evitar os maus resultados das intervenções passadas, como os realojamentos massivos, no quadro do Programa Especial de Realojamento, que se revelaram insuficientes ou insatisfatórias devido à incapacidade de envolver e motivar os beneficiários. Por este motivo, surgem novas formas de organização e gestão que passam pela avaliação constante de expectativas e impactes.

Este programa surge na mesma linha de intervenção que o programa Urban. Foi lançado pela Secretaria de Estado do Ordenamento do Território e Cidades por meio do Instituto Nacional de Habitação, entretanto convertido em Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana. A Iniciativa Bairros Críticos visa intervir através de acções de carácter socio-territorial em áreas críticas, ou seja, áreas com fragilidades sendo lançadas três operações piloto: Bairro do Lagarteiro (Porto), Vale da Amoreira (Moita) e Cova da Moura (Amadora).

Segundo Sousa (2008), a IBC<sup>13</sup> faz uma abordagem territorial integrada e compreensiva focada no território e nas relações entre as pessoas. O objectivo é a integração social e urbana suportada por princípios que relacionam a intervenção com a inovação, permitem desenvolver projectos multisectoriais, potenciam novas formas de financiamento e uma maior durabilidade dos efeitos. A Iniciativa assenta numa coordenação estratégica e aposta na participação dos actores locais e num acompanhamento e avaliação constante do curso dos projectos.

A iniciativa funciona através de parcerias institucionais e locais, envolvendo oito ministérios e diversas entidades públicas e associações locais. Segundo o portal oficial da IBC<sup>14</sup>, os regulamentos de parceria foram formalizados para funcionalizar os planos de intervenção e financiamento e os modelos de gestão.

Além das inovações já mencionadas é de reforçar o valor que esta abordagem confere ao diagnóstico participado do território que engloba uma caracterização sócio-demográfica,

---

<sup>12</sup> Aprovada em Resolução do Conselho de Ministros n.º 143/2005, Diário da República, 1ª Série – n.º 172.

<sup>13</sup> Iniciativa Bairros Críticos.

<sup>14</sup> Disponível em [www.portaldahabitacao.pt/pt/ibc/](http://www.portaldahabitacao.pt/pt/ibc/) (consultado dia 3/05/2013.)

urbanística e funcional. Nos três casos, são territórios caracterizados pela por uma maioria de população jovem, grande densidade populacional, pela multiculturalidade, pela forte presença de laços interpessoais, pela vitalidade associativa quer de carácter cultural, lúdico ou desportivo e por um edificado e espaço público degradado.

Ao nível sócio-espacial, as condições diferem bastante entre os três bairros. O bairro da Cova da Moura difere dos outros bairros por ser autoproduzido e, consequentemente, tratar-se de uma ocupação sem licenciamento, mas também por ser um pólo gerador de emprego principalmente para os moradores do bairro. O bairro do Lagarteiro contém uma elevada taxa de abandono escolar e falta de expectativas para o futuro para os jovens, por não serem tidos como oportunidade de transformação enquanto no Vale da Amoreira os jovens constituem a maior parte da população activa e têm potencial artístico (IHRU; MAOTDR, 2009: 4).

No final do diagnóstico da Operação Cova da Moura (2006) são identificadas as seguintes linhas de intervenção (questões-chave) do plano de acção:

- *A regularização fundiária*

O bairro é constituído por construções ilegais que ocupam terrenos públicos e privados. É necessário resolver este ponto, do interesse de todos os envolvidos, para se poder concretizar a operação de qualificação.

- *Reabilitação urbana e da habitabilidade das construções*

Tratando-se de um bairro autoproduzido o bairro não resulta de um plano legal, embora tenha sido objecto de um esboço de ruas realizado pela Associação de Moradores, o que lhe conferiu uma rede viária clara. Todavia, a sua legalização e requalificação requer o reordenamento de arruamentos e espaços públicos. Algumas construções terão de ser alvo de demolição, pois não são susceptíveis de reabilitação, por variados motivos relacionados com a densidade dos quarteirões, a qualidade da estrutura urbana e das construções. Esta questão das demolições da percentagem das construções tem sido alvo de polémica entre as associações e os dirigentes municipais. As associações defendem que as restantes construções autoproduzidas embora não estejam de acordo com a lei em vigor, poderão ser legalizadas quando formalizadas normas específicas para esta tipologia de ocupação.

- *Actividades ligadas ao mercado de substâncias ilícitas*

Esta actividade é reduzida e não constitui um pólo de consumo. A venda é feita por moradores, recém-chegados ao bairro e por não moradores, que conhecem o bairro ou têm conhecidos e família a residir no mesmo. Neste contexto, há o problema da atracção e criação de tóxico-dependências entre os jovens. Inicialmente quando o tráfico se instalou no bairro, o consumo era feito fora do bairro, mas hoje em dia não existe esta preocupação, o que se torna degradante e constitui um mau exemplo para a população mais jovem.

- *(In)segurança*

A “cultura da insegurança” vivida no bairro reflecte-se no futuro das casas, nas actividades interditas que acontecem no espaço público e no sentimento de exclusão assente no isolamento sócio-espacial.

- *Juventude da população*

A população jovem constitui um factor potenciador da transformação do bairro. Isto será possível se forem destruídos os preconceitos que interferem na colocação de descendentes de imigrantes nas vagas de emprego. Além do mais é preciso qualificar os jovens e eliminar os riscos de exclusão, o que tem vindo a ser desenvolvido pelas associações locais e em particular pelo Moinho da Juventude.

- *A dinâmica do tecido económico interno*

O bairro apresenta uma gama de comércio e serviços que satisfazem as necessidades diárias da população e que asseguram emprego a um número significativo de moradores. Estas actividades contribuem para a manutenção do carácter do lugar, e são expressão da cultura africana.

- *A originalidade das ligações a África e da presença cabo-verdiana*

Devido à elevada presença africana no bairro existe uma oferta específica dos serviços e do comércio africanos. Considera-se assim que o bairro detém uma “marca de especialidade” inserida no contexto da Área Metropolitana de Lisboa.

- *O significado do capital social existente no Bairro, quer ao nível dos residentes, quer ao nível das instituições de base local*

O capital social do bairro da Cova da Moura é significativo quando considerada a profundidade das relações entre os actores, uma vez que existe um forte sentido de comunidade e identidade local. O tecido associativo é um dos mais importantes entre os

tecidos associativos de áreas críticas semelhantes a esta, desenvolvendo intensa actividade com grande envolvimento dos moradores.

Com base no diagnóstico participado realizado na Cova Moura foram definidos os seguintes oito eixos estratégicos do Programa de Intervenção 2007-2011 (Protocolo de Parceria 2006):

- Eixo 1: Um bairro legal para todos;
- Eixo 2: Nova Cova da Moura: Um Bairro Qualificado e Aberto ao Exterior;
- Eixo 3: Programas de intervenção imediata;
- Eixo 4: Um Bairro com Nova Imagem, Seguro e Tranquilo;
- Eixo 5: Um bairro com futuro para os jovens;
- Eixo 6: Um bairro economicamente activo;
- Eixo 7: Um lugar criativo;
- Eixo 8: Um bairro ecológico.

## 1.4. Casos de Referência | Princípios e Metodologias



Fig.5 - "Villa 31 en Buenos Aires: un emblema que los integre a la ciudad"  
Fonte: <http://www.plataformaurbana.cl/>

### 1.4.1. Barrio 31, Carlos Mugica | Buenos Aires

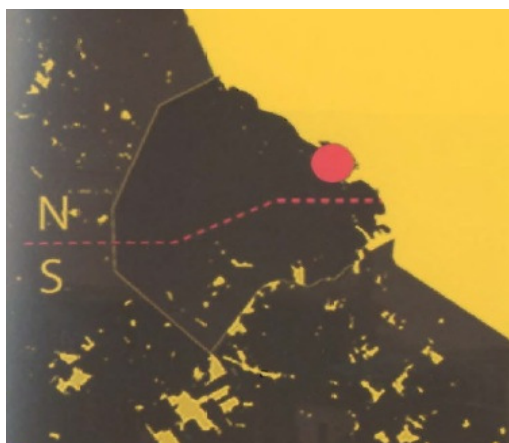


Fig.6 - Localização da Villa 31, Buenos Aires  
Fonte: CASTRO, 2010

A *villa* 31 é um bairro auto-produzido no centro da cidade de Buenos Aires. O bairro começou a crescer nos anos 30 do século XX com a migração de população devido à crise mundial da altura que afectou a Argentina. A sua proximidade ao porto era uma vantagem para os habitantes pois era um factor de acesso fácil ao emprego. Em 1966, instaura-se a ditadura militar e milhares de pessoas são dadas como desaparecidas incluindo residentes da *villa* 31. Muitas famílias da *villa* foram desajoladas.

Em 1983 com o fim da ditadura inicia-se um processo de repovoamento da *villa*. Este tem ainda pouca duração, pois no ano seguinte uma lei proíbe os “*assentamentos*” o que se traduz no desalojamento de vários quarteirões da villa 31 para construir infra-estruturas urbanas. Mais tarde, em 1995, algumas famílias começaram a construir a *villa 31 bis* – *villa* nascente. Neste período posterior à ditadura, entre 1983 e 1996, desenvolvem-se várias reflexões que conduzem a novos programas e normas para futuras intervenções. Em 1989 foi criado um *Programa de Radicación de Villas de la Capital Federal* que não incluiu a *villa* 31. Intensificaram-se as manifestações dos habitantes para que o bairro fosse incluído nesse programa que posteriormente foram perdendo força. Com efeito, no mesmo ano saiu

a lei que concedia os terrenos aos proprietários fundiários do bairro. Em 1991, a villa 31 voltou a ser alvo de demolições com vista à construção de uma autoestrada.

Daniela Trajtengartz (2010) refere-se ao contributo do Padre Carlos Mugica para a consolidação e crescimento do bairro até aos anos 1970 e para os restantes habitantes vindo a tornar-se o rosto da população nos protestos e na luta pelos direitos dos habitantes ao lugar. Carlos Mugica lutou juntamente com os habitantes nos protestos a favor da radicação do bairro, participou em diversos movimentos que reclamavam para os habitantes a propriedade dos terrenos e as melhorias estruturais. Chegou mesmo a ser conselheiro do Ministério do Bem-Estar Social até pouco tempo antes do seu assassinato em 1974, pela ditadura.

As cidades latino-americanas sofrem um processo de degradação ascendente e os instrumentos públicos que poderiam enfrentar esta situação são escassos, pelo que é necessário renovar as políticas públicas para que estas tenham capacidade para combater as desigualdades territoriais e sociais (CASTRO, 2010: 19).

Foi neste espírito, que nos anos 2000, foi desenvolvido na Universidade de Buenos Aires, por professores e estudantes da Faculdade de Arquitectura e Urbanismo de Buenos Aires (FAUBA) um projecto para o bairro, que foi discutido com os moradores e posteriormente aprovado parcialmente pelo município. Este projecto é apresentado pelo arquitecto Castro (2010) que tenta explorar os *“limites e as posibilidades do projecto”*, na villa 31 a partir de vários pontos de vista abordando o tema das intervenções de carácter sócio-espacial em zonas urbanas degradadas. O projecto iniciou em 2002 com a disponibilização do subsídio do primeiro prémio da *III Bienal Iberoamericana de Arquitectura y Urbanismo*, ganho pelo arqº Jorge Jauregui enquanto professor convidado da FAUBA. O projecto foi desenvolvido ao longo de vários anos nas instalações do *Instituto de la Espacialidad Humana* da FAUBA. Além disso, o projecto também contou com os fundos do Programa Nacional de Voluntariado Universitário (*id.*: 21).

Segundo Castro (2010), os princípios que permitem balizar todas as acções e objectivos do projecto de intervenção são:

- *Respeito pelas pessoas e pelo existente*

Na perspectiva de Castro, as pessoas têm direito a estar e a usufruir do espaço no qual habitam criticando que: *“la objetualización de la población de la villa, entendida como un bien mueble no deseado en su ubicación actual y por lo tanto requirente de traslado a un entorno mas ‘apto’ recuerda las políticas de erradicación de la última dictadura cívico militar y la preocupante permanencia de algunos de sus idearios y voceros”* (id.: 105). Os programas de acção em bairros em Buenos Aires nunca cumprem os seus objectivos por falta de organização e continuidade administrativa e, sobretudo, porque têm uma visão radical que se resume a substituir o existente (id.: 103). Ora, para Castro, a solução para estes casos nunca é trasladar completamente a população porque esta acção implica uma quebra de laços com o lugar e com os vizinhos. Os habitantes também têm direito a estar informados sobre o futuro do seu habitat e a expressar as suas necessidades diversas para que o processo inclua as suas opiniões e as una em torno do projecto.

- *Identidade do lugar*

Estamos perante um bairro autoproduzido. Quer a casa, quer o espaço exterior, têm um simbolismo forte devido à conotação dos proprietários com o seu próprio percurso de vida e, certas vezes, porque lhes permitem ter uma perspectiva de evolução em relação às suas condições de vida ao longo do tempo. O seu direito a permanecer nesse lugar vai aumentando à medida que o tempo passa: as suas casas crescem e o espaço em redor molda-se de acordo com as suas formas de viver transmitindo uma imagem cultural rica e transformando-se num sítio com características próprias em termos construtivos, ambientais, sociais, culturais e vivenciais. As casas e o bairro manifestam a cultura de cada família e a identidade do bairro (id.: 72).

- *Inclusão*

Para assegurar a melhoria das condições de vida dos habitantes e obter uma maior relação com o espaço envolvente o autor apresenta dez directrizes para o projecto:

- *“Respetar la história de configuración;*
- *Buscar la participación de la comunidad;*
- *Abrir claros e introducir recalificaciones;*
- *Democratizar las condiciones de urbanidad;*
- *Tender al máximo de arraigo;*
- *Garantizar la accesibilidad;*
- *Potenciar nuevas y viejas centralidades;*
- *Producir cohesión articulando lógicas heterogéneas;*

- *Provocar un cambio drástico de imagem;*
- *Favorecer la conectividad.”(id.: 140-141).*

De modo a cumprir estas intenções, o autor defende que a elaboração do projecto depende do seu contexto. Assim, propõe os seguintes passos:

- Leitura urbana;
- Escalas de estudo;
- Componentes de projecto;
- Programa;
- Acções.

Castro explica que antes de dar início ao desenho urbano, é necessário proceder ao trabalho de campo para reconhecer os pontos-chave da área de intervenção e, principalmente, para que o novo projecto assente no que já existe de uma forma contínua e coerente. Um trabalho baseado em várias escalas de estudo – macro, média e micro, é importante para considerar a geração de espaços individuais, de grupo e colectivos. Esta hierarquia também permite que o programa do projecto seja flexível e possível de adaptar a várias solicitações. O autor divide o projecto em diferentes componentes, defendendo que um projecto tem de ser abrangente e não resolver uma questão de cada vez, ter um carácter aglutinante (*id.*: 66) no qual as acções têm de estar organizadas por escala de actuação e por cada uma das suas componentes:

- Fluxo – mobilidade e acessibilidade;
- Referência – práticas individuais e em grupo;
- Habitação;
- Intercambio e limite – os limites devem ser bem pensados e estimulados como locais de intersecção e interacção com a envolvente.

O arquitecto sublinha o conceito de projecto urbano tendo por base a abrangência na abordagem do território quer em termos físicos, quer em termos sociais e históricos, e a consistência trazida pela diversidade de soluções e acções. O projecto define o que é memorável e o que é descartável e traz um novo significado para o que já existe, assim o autor apela para que não sejam propostas soluções de desalojamento e/ou destruição.



#### 1.4.2. Barrio 21.24, Regeneração Urbana | Buenos Aires

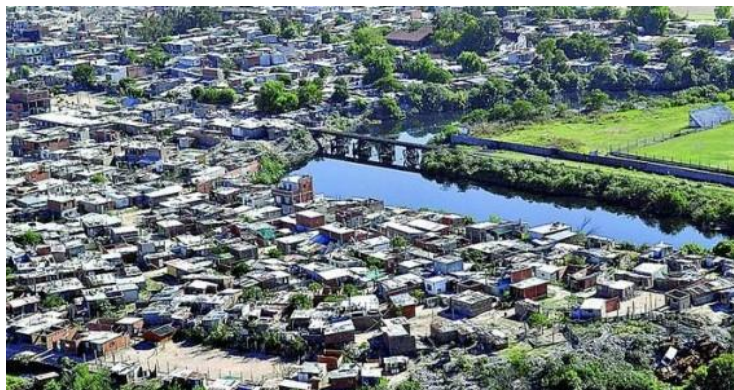


Fig.7 - "Perdió el macrismo en la villa 21-24"  
Fonte: <http://www.marcha.org.ar/>

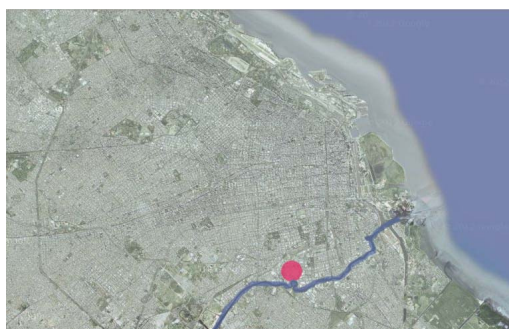


Fig.8 - Localização da Villa 21-24, Buenos Aires  
Fonte: Elaboração própria

A população deste bairro é composta por imigrantes da Bolívia e do Paraguai para além dos que vieram de outras províncias pobres da Argentina. A ocupação começou nos anos 1940 com o processo de industrialização do país. Em 1970 inicia-se um plano de erradicação que ao mesmo tempo cria unidades de habitação temporárias, mas, em 1976, as políticas de ditadura militar, depois da destituição

de Isabel Péron, intensificam-se e as unidades construídas começam a ser insuficientes. Por isso, no final da ditadura o número de habitantes no bairro começa a crescer novamente<sup>15</sup>, um processo semelhante ao caso anterior da *villa 31*. O bairro está situado na fronteira sul da capital, numa área de tecido industrial, por onde corre o rio *Riachuelo* que forma um dos mais importantes estuários do *Rio de La Plata*.<sup>16</sup>

O projecto de intervenção de regeneração urbana foi elaborado pela arquitecta Flávia Restaldi, com a colaboração do arquitecto Javier Castro, e da doutora Paz Ochotego. O trabalho, inspirado no caso da *villa 31*, foi elaborado, neste caso, a mando do Governo de Buenos Aires que partiu do princípio que as indústrias da cidade deveriam ser excluídas. A principal meta do projecto é melhorar as condições de vida dos habitantes desta *villa miséria* a partir da criação de oportunidades para o desenvolvimento económico. Deseja-se que o

<sup>15</sup> Disponível em <http://europaconcorsi.com>, (consultado dia 15/04/2013)

<sup>16</sup> *Idem*

bairro se torne parte da cidade a partir de uma estratégia gradual que tem por base as necessidades de abrigo de cada família e a criação de espaços comerciais.

Neste programa a metodologia vai de encontro ao princípio do direito à habitação e tem delineado quatro estratégias para oferecer soluções:

1. Uma rede de pequenos espaços públicos criando um novo sistema de vistas e um parque urbano com o objectivo de diminuir a lacuna entre o bairro e a cidade;
2. Reconversão da área industrial;
3. Melhoria das infra-estruturas existentes e conversão da ferrovia para ser usada em transporte urbano fazendo a ligação entre a província e a capital através do bairro;
4. Reconfiguração dos limites do bairro criando espaços de transição.

As novas casas são construídas por módulos cuja dimensão depende do número de membros de cada agregado familiar e têm capacidade de expansão para o exterior através de áreas de lazer em tipologia de pátio formando áreas de transição e filtragem. Uma vez que o bairro é autoproduzido, foram respeitadas as tendências do bairro, ou seja, as novas habitações podem também ser construídas pelos seus proprietários utilizando a mesma técnica das restantes construções do bairro.

Esta proposta de integração do bairro ainda não se concretizou, apesar dos protestos dirigidos aos responsáveis políticos realizados por Javier Castro, Laura Garcia Tuñón, do projecto “Buenos Aires Para Todos”, e de Rocio Sánchez Andía da “Coalición Cívica – ARI” (PERELLÓ, 2012). Um dos últimos confrontos foi na sede do *Instituto de Vivienda de la Ciudad* em que os moradores reivindicaram o direito ao realojamento em terrenos próximos do bairro em detrimento da zona proposta: carente de equipamentos de saúde e educação e infra-estruturas de transporte.

### 1.4.3. Bairro do Lagarteiro, Iniciativa Bairros Críticos | Porto



Fig.9 -Bairro do Lagarteiro, Campanhã  
Fonte: <http://www.domitianus.com>

O Bairro do Lagarteiro é um dos três territórios escolhidos pela Iniciativa Bairros Críticos. É um bairro de habitação social situado na freguesia da Campanhã, no Porto, sendo composto por treze blocos habitacionais concluídos em 1977. A sua população apresenta famílias de grande dimensão, alta percentagem de jovens, e abandono escolar extremamente precoce. As principais

questões problemáticas a nível ambiental e urbanístico estão relacionadas com a deterioração dos edifícios e dos espaços públicos em geral e com a acessibilidade devido à sua envolvente rural.

Como atrás referimos, a Iniciativa Bairros Críticos estabeleceu um protocolo de parceria que envolveu vários ministérios, associações e institutos locais, ou não. Tal como para a Cova da Moura a primeira acção da iniciativa foi a elaboração de um diagnóstico do território segundo várias dimensões para permitir construir uma base para os planos de acção e de modo que estes sejam adaptáveis a cada caso. O diagnóstico permitiu à equipa traçar os eixos principais que permitiria numa fase seguinte interpretar as dinâmicas do bairro a vários níveis.

O Bairro do Lagarteiro foi considerado um espaço com problemas complexos, mas também de fácil transformação. A intervenção teve como princípio máximo o direito à cidade e, em consequência, o direito a todas as variáveis subjacentes à mesma:

*“O direito à cidade está associado ao exercício de outros direitos, designadamente, o direito ao alojamento, o direito ao emprego, o direito aos serviços, o direito à cultura e à qualidade de vida urbana e o direito de cidadania. (...) Poderemos então considerar que algumas áreas da cidade, designadamente os bairros desqualificados são os lugares onde existem cumulativamente os maiores estrangulamentos face a estes direitos” (MARQUES, [s.d.] )*

A partir do princípio fundamental, o propósito foi criar uma ideia que desse identidade ao projecto e que a partir daí se traçassem os objectivos gerais e específicos da intervenção

que recaiu em grande medida na temática do espaço público. Tal como no caso da *Villa 31* foram definidas as directrizes/ objectivos estratégicos do projecto:

- *“Abrir o Bairro à Cidade e a Cidade ao Bairro;*
- *Melhorar a imagem e a qualidade urbana;*
- *Aumentar a qualidade de vida da população residente;*
- *Melhorar as expectativas de vida dos residentes;*

*Reforçar as competências individuais e colectivas, numa lógica de empowerment.” (ibid.)*

As intervenções directas no território resumiram-se a:

- Manter arruamentos e linhas de infra-estrutura;
- Reajustar as áreas verdes; criação de zonas de transição entre a rua e os pisos térreos;
- Reorganizar a rede viária de modo a possibilitar o acesso a viaturas de emergência e de asseio e conferir maior clareza nos eixos para pedestres;
- Rever a infra-estruturação. Especial atenção à iluminação pública;
- Escolher materiais de qualidade e reconversão de espaços fáceis de manter.

O projecto foi edificado com base numa estratégia de inclusão e comunicação com a população, encorajamento para apropriação dos espaços públicos e também na ajuda dos indivíduos em traçar o seu percurso de vida. Além da transformação física no território é notório o compromisso que várias associações e instituições têm com a população mantendo actividades de carácter lúdico como dança, cinema e teatro, educativo e desportivo que abrangem as diferentes faixas etárias:

- Os jovens podem frequentar cursos de formação profissional, participar em workshops que permitem uma aproximação com alguns ofícios;
- Alguns adultos frequentaram as duas edições do curso de alfabetização;
- A partir da iniciativa foram disponibilizados cursos relacionados com as tecnologias de informação e comunicação;
- A inauguração do pavilhão multiusos permitiu reunir jovens que constituíram a equipa de andebol;

Todas estas actividades e outras dão importância à formação e integração dos jovens e das crianças. Além disso, são enfatizados os workshops e formações com vista à consciencialização da manutenção dos espaços e do meio urbano onde todos conviverem.

## 1.5. Ideias-Chave

Do presente capítulo sobre a qualificação urbana retiram-se as seguintes ideias-chave:

- É importante fazer um reconhecimento prévio da área de intervenção, quer do espaço físico, quer da dimensão social;
- No seguimento do diagnóstico do lugar, deve-se atender aos pontos fracos para dar prioridade à sua resolução, e aos pontos fortes para que sejam potenciados;
- As preocupações da população devem ser tidas em conta na proposta de intervenção;
- As intervenções de qualificação implicam sempre preocupações de cariz social e ambiental, soluções para a melhoria da qualidade urbana e para o desenvolvimento sustentável e durável do lugar;
- As operações de qualificação partem geralmente de componentes gerais para evoluir para situações particulares, por isso, as escalas de projecto têm de ser flexíveis para que os problemas se resolvam progressivamente;
- A qualificação deve promover a continuidade, a vitalização e a apropriação;
- No final da intervenção devem estar redefinidos os parâmetros de ocupação e utilização.

Pretende-se que estes preceitos sejam identificáveis na proposta de intervenção a realizar para o Bairro da Cova da Moura.

## CAPÍTULO 2: QUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO

Como referido no capítulo anterior as operações de requalificação urbana apostam na valorização do ambiente urbano através de um conjunto de acções que incluem variadas intervenções no espaço público.

Javier Castro (2010), arquitecto, autor de uma das intervenções apresentadas no final do primeiro capítulo, reflecte nos seus projectos e nas suas intenções as intervenções integradas envolvendo várias componentes da cidade. Neste capítulo citarei outros autores que, sem refutar esse princípio, acreditam que o espaço público tem maior protagonismo dada a sua forte dimensão social, por ser o palco onde a sociedade se reúne e se relaciona. Esta reflexão servirá de argumento à ênfase que pretendo dar ao espaço público no projecto de qualificação urbanística do Bairro da Cova da Moura.

### 2.1 Princípios de Intervenção

*“O espaço público renova, qualifica, recupera e cria as cidades”* (BORJA e MUXI, 2003)

Francesco Indovina<sup>17</sup> (2002) assume que a cidade deve ser estudada a partir de uma abordagem interdisciplinar e defende que o espaço público é um elemento fundador da cidade onde se realiza a vida urbana constituindo um factor de identificação com o lugar onde se vive, mas também de qualidade de vida. Do mesmo modo, Borja e Muxi (2003) atribuem ao espaço público a maior importância na área do urbanismo, tratando-o como um indicador de qualidade de vida e de cidadania. Os dois autores negam que o espaço público seja constituído por espaços vazios ou que seja espaço residual entre edifícios, porque além de ser um espaço físico, é também um espaço político e simbólico onde os cidadãos se manifestam. Argumentam ainda que os habitantes têm o direito a um espaço público para onde se possam dirigir a fim de manifestar as suas opiniões.

---

<sup>17</sup> Professor de Análise Territorial e Planeamento na Universidade de Veneza e na Faculdade de Arquitectura de Alghero.

Os três autores acima citados, Indovina (2002), Borja e Muxi (2003) fazem também referência ao espaço público que é produto de espontaneidade, criado em locais não considerados como potenciais espaços públicos. Indovina considera que é através de um processo de identificação entre os habitantes e o espaço que se criam lugares de encontro e socialização. Borja e Muxi consideram que é no espaço público que se forja a história da própria cidade e das pessoas através das relações interpessoais que se dão nesse espaço. Assim, nesta linha de pensamento, um espaço não se cria somente através do desenho urbano e de uma materialização específica, mas também a partir do uso espontâneo dos indivíduos que nele actuam.

O bairro da Cova da Moura é um exemplo que confirma este argumento: não se trata de um lugar planeado, mas foi autoproduzido e alvo de uma apropriação. O seu espaço público definido a partir dos usos dos seus moradores e visitantes é palco das relações que se desenvolvem no lugar. Seguindo Borja e Muxi (2003), o espaço público do bairro é um espaço dinamizador de comunicação capaz de atrair e reunir pessoas de diferentes origens e comportamentos.

Borja e Muxi tomam como princípios para o desenvolvimento de espaço públicos de excelência a qualidade das formas, do desenho e da materialidade; a continuidade e a adaptabilidade. Para estes autores, o espaço público é um desafio ao mesmo tempo urbanístico, cultural e político (2003: 124):

- Urbanístico, porque o espaço público deve ser considerado um elemento agregador e organizador do ambiente urbano reflectindo continuidade, e ligando e estruturando a cidade;
- Cultural, pois reflecte a estética, de acordo com os gostos de várias populações, e não só apenas de acordo com critérios políticos ou económicos e de monumentalidade;
- Político, uma vez que o espaço público é um lugar de expressão colectiva, acolhe os movimentos comunitários e corresponde a uma questão de direito à cidadania o qual engloba:
  - o *O direito ao lugar*  
Dizem os autores que todas as pessoas que vivem num lugar que ajudaram a construir, no qual estão inseridos e que fornece sentido à sua vida, devem poder continuar a viver no mesmo e têm direito ao realojamento na mesma

área se esta for transformada por meio de políticas de desenvolvimento urbano ou de reabilitação de habitats degradados ou marginalizados.

- *O direito ao espaço público e à monumentalidade;*

Por ser um elemento importante no urbanismo, a cidade tem de ter uma rede igualitária e integradora de espaços públicos.

- *O direito à beleza;*

A estética do espaço público remete para a justiça e para a qualidade urbana.

- *O direito à identidade colectiva;*

A organização do espaço deve favorecer a comunicação entre comunidades e facilitar a preservação dos bens culturais de cada grupo.

- *O direito à mobilidade e à acessibilidade;*

*“Há que igualar as condições de acesso às centralidades e a mobilidades a partir de cada zona da cidade metropolitana” (id.: 126).*

- *O direito à centralidade;*

Todos devem poder aceder com facilidade aos centros urbanos.

- *O direito à conversão da cidade marginal/illegal em cidade de cidadania.*

As políticas públicas devem regularizar, equipar e qualificar bairros ilegais introduzindo qualidade urbana e promovendo a mistura social.



## 2.2 O Desenho do Espaço Público | Estratégias e Recomendações

Esta secção destina-se a apresentar algumas linhas base de desenho e estratégia para a concepção de espaços públicos de qualidade quer do ponto de vista de uma intervenção de requalificação, quer do ponto de vista da construção de espaços públicos de raiz.

Na sua publicação *El Espacio Público: Ciudad y Ciudadania* (2003), Borja e Muxi propõem algumas medidas para favorecer a estética espacial e formal de espaços públicos, entre as quais se destacam (2003: 70):

- *“Apertura de calles y plazas;*
- *Conversión en zona de peatones y mejora de las calles existentes, medidas para crear más seguridad;*
- *Mejora mediante ajardinados, mobiliário urbano, iluminación, equipamientos socioculturales, actuaciones sobre los entornos, etc., de calles y plazas de los barrios de bajo nivel de urbanización, a menudo antiguas periferias, que se convierten en verdaderos espacios públicos de uso colectivo y que proporcionan calidad de ciudad a estos barrios”.*

Para promover a continuidade física e simbólica:

- Fazer projectos que solucionem várias questões de uma só vez;
- Desenhar o espaço público articulando-o com outros projectos da cidade já implementados;
- Manter a habitação;
- Actuar nas margens. Estas são importantes para ligar territórios;
- *“Respectar la historia, la trama existente, la tradición cultural del urbanismo de cada lugar”(id.: 76).*

Também Pedro Brandão (2002) defende que o desenho do espaço público tem de servir os objectivos que vão de encontro às expectativas e necessidades das pessoas. O autor acrescenta que o desenho tem de produzir espaços que possam ser apropriados e de fácil utilização, atractivos e adequados à realidade local.

*“O espaço público é uma ferramenta para garantir a recuperação de áreas urbanas degradadas”* (BRANDÃO, 2002)

O autor considera também que o desenho tem de ser o resultado de uma estratégia e objectivos de desenvolvimento baseados no bom entendimento do lugar em todos os seus contextos: cultural, social, económico e político. Para Brandão o êxito de projectos advém:

- Da consistência do programa e da formulação de objectivos;
- Do conhecimento dos intervenientes que influenciam a área de intervenção;
- Da metodologia de projecto que não seja inibidora da criatividade e da experimentação. A inovação do projecto deve ser também comunicada de forma transparente e óbvia através de elementos gráficos que sejam compreendidos por todos;
- Da tomada de consciência e bom senso no que diz respeito à economia. Uma intervenção de espaço público tem de acrescentar valor económico, e produzir espaços de qualidade a baixo custo;
- Do envolvimento da comunidade na tomada de decisão. A opinião da população é importante na apropriação dos espaços.

Na publicação *Cadernos Edifícios*, António Baptista Coelho (coord., 2005, n.º 4) considera que certas intervenções podem conduzir a posturas diferentes das pessoas perante o seu espaço que envolvem sentimentos de estima e orgulho e se traduzem em atitudes de defesa e manutenção do seu ambiente urbano e residencial. É o caso de uma estratégia de continuidade urbana completando os vazios da cidade tornando-os alvo de humanização, apropriação e representação para a melhoria da qualidade da imagem.

Consta na mesma publicação (*Cadernos Edifícios*, 2005) que uma intervenção no espaço público, ou em espaços vazios, ou em transformação, requer uma reflexão sobre a pré-existência e os elementos urbanos que os integram, com os quais é necessário haver uma articulação, bem como haver regras claras na estratégia de intervenção.

As abordagens destes autores, enfatizando a qualidade do espaço público não apenas do ponto de vista formal mas também social e dos usos, vão servir de referência à intervenção que se propõe para o Bairro da Cova da Moura. De seguida apresentam-se alguns casos interessantes para a reflexão sobre o desenho da proposta.

## 2.3 Casos de Referência

### 2.3.1. *Kounkuey Design Initiative (KDI)*<sup>18</sup> | projectos de espaços públicos de pequena dimensão

A KDI é uma organização que visa colaborar com habitantes de comunidades pobres para propor soluções económicas e ecológicas para espaços públicos que possam ser implementadas com a participação dos residentes. Teve início em 2006 a partir de um sistema de parcerias internacionais especializadas em domínios como arquitectura, engenharia, paisagismo e planeamento urbano. Com base na participação dos moradores os resultados das intervenções são ambientes de baixo custo e de grande impacto – *Productive Public Spaces (PPS)* - com vista a melhorar a vida quotidiana de comunidades empobrecidas. A *Kounkey Desing Initiative* procura intervir em comunidades cujas necessidades são compatíveis com os seus preceitos. Depois de identificada a comunidade, são estudadas as carências prioritárias em conjunto com os moradores. Além de projectar, também são criados programas sociais e económicos como suporte dos mesmos.

Segundo a KDI, os PPS são territórios originalmente sem uso e sem segurança que depois de transformados apresentam-se como:

- Espaços públicos activos que passam a incluir áreas de encontro da comunidade, hortas, pequenas empresas e espaços de lazer, todos munidos de infra-estrutura básica;
- Espaços que, além de concebidos, são também geridos pela comunidade utilizadora em cooperação com os parceiros locais internacionais;
- Espaços geradores de rendimento, socialmente construtivo e sustentável;
- Projectos que não seriam realizados através de processos tradicionais;
- Áreas específicas que utilizam fortes conceitos de design para criar lugares esteticamente agradáveis;
- Espaços catalisadores a partir dos quais a vida social, económica e ambiental dos moradores é melhorada.

Os vários projectos desenvolveram-se em Kibera (Quénia), Casablanca (Marrocos), Bonneau (Haiti) e Coachella (EUA). Apresentam-se de seguida dois desses projectos:

---

<sup>18</sup> Disponível em <http://www.kounkuey.org/> (consultado dia 15/05/2013.)

○ *Kibera Public Space Project 01 (2010)*

O local escolhido para o primeiro projecto da KDI foi num assentamento informal situado no Quénia. O Kibera está próximo de duas aldeias (Soweto e Silanga) e é adjacente à barragem Nairobi e ao rio. Por este motivo, as cheias eram o principal problema do bairro, pois o local tornava-se lamacento e, conseqüentemente, intransitável.

O projecto foi iniciado com grupos de limpeza do local que prosseguiram com a construção de muros de contenção para controlar as inundações e com a construção de uma ponte para assegurar a ligação entre as aldeias mais próximas. Em seguida, a equipa da KDI e os habitantes puderam construir novos serviços comunitários: um pavilhão multiusos utilizado como sala de aula durante a semana e que aos fins-de-semana serve para outros eventos de carácter diferente. O telhado do pavilhão serve para recolher as águas pluviais e conduzi-las para tanques. Além do pavilhão foram construídos parques, mesas de xadrez, um pequeno escritório, uma horta urbana e um campo de jogos feito de materiais reciclados.

Foram introduzidas actividades geradoras de salário para que os moradores pudessem pagar pela manutenção dos novos espaços e cada uma das empresas contribuiu com uma percentagem para o fundo de manutenção: um negócio chamado *Grow Kenia* cuida da produção de adubo e vende-o aos moradores; o grupo *Kiki Weavers* vende cestas e outros produtos artesanais a partir da colheita de plantas.



Fig.10 – Parque infantil  
Fonte: [www.kounkuey.org](http://www.kounkuey.org)



Fig.11 – Pavilhão multiusos  
Fonte: [www.kounkuey.org](http://www.kounkuey.org)

○ *Kibera Public Space Project 02 (2011)*

Decorrente da implementação do primeiro projecto, o segundo também se foca nos terrenos contíguos ao rio que, por impossibilidade de construção devido às cheias, funcionavam

como um depósito de resíduos da comunidade e apresentava apenas quatro instalações sanitárias.

Como no projecto anterior, o primeiro passo foi recorrer à ajuda da população para levar a cabo as operações de limpeza e a construção de muros para criar um espaço recreativo e de lazer. De seguida foi projectado um centro de saneamento público, quiosques e um parque infantil: o centro é composto por casas de banho, chuveiros, uma torneira de água pública e redes de esgoto. Foi construído com tijolos feitos pelos moradores que receberam uma formação para o fazer; os quiosques situam-se no eixo principal do bairro e serão alugados a vendedores locais para gerar receita para a manutenção dos novos equipamentos; o parque infantil tem como matéria-prima o bambu e madeira proveniente do local.

Deste segundo projecto resultaram duas empresas: a cooperativa produtora de tijolos que irá continuar a produzi-los para os novos equipamentos do bairro e a vendê-los por atacado; e a cooperativa de senhoras que irão cozinhar para vender os seus produtos nos quiosques.

No assentamento do Kibera foram identificados mais dois locais de intervenção: as construções do KPSP03 foram iniciadas em Setembro de 2011 e o KPSP04 começou em Outubro de 2012.



Fig.12 – Construção de tijolos  
Fonte: [www.kounkuey.org](http://www.kounkuey.org)



Fig.13 – Parque infantil  
Fonte: [www.kounkuey.org](http://www.kounkuey.org)



Fig.14 – Centro de saneamento público  
Fonte: [www.kounkuey.org](http://www.kounkuey.org)

Estas intervenções estão ligadas ao conceito *slum upgrading* que segundo a *Cities Alliance*, uma ONG internacional, é um processo “*through which informal areas are gradually improved, formalised and incorporated into the city itself, through extending land, services and citizenship to slum dwellers. It involves providing slum dwellers with the economic, social, institutional and community services available to other citizens. These services*

*include legal (land tenure), physical (infrastructure), social (crime or education, for example) or economic.”<sup>19</sup> (ibid.).*

A *Cities Alliance* reforça que a importância deste tipo de intervenção advém dos seus benefícios que recaem maioritariamente sobre a população, uma vez que a sua qualidade de vida é melhorada. São projectos que promovem a inclusão e o desenvolvimento económico da cidade e abordam questões gerais. Além do mais, fornecem habitação para os pobres e concretizam-se através de medidas acessíveis, flexíveis e viáveis.

### **2.3.2. Favela Painting Project** | pintura de murais nas favelas<sup>20</sup>



Fig.15 – *Boy with kite*, Vila Cruzeiro (2007)  
Fonte: [www.favelapainting.com](http://www.favelapainting.com)

Em 2006 dois artistas holandeses conhecidos por Haas & Haan decidiram dar início a um projecto regido por intervenções artísticas nas favelas brasileiras. O primeiro trabalho, terminado em 2007 na Vila Cruzeiro, Rio de Janeiro, foi financiado pela fundação ‘Firmeza’ e tornou-se um motivo de orgulho e estima pelos moradores da comunidade e um assunto de interesse para os curiosos. Na pintura foram envolvidos jovens que através do programa ‘Soldados Nunca Mais’ procuravam actividades alheias à criminalidade.

<sup>19</sup> Disponível no portal da ONG Cities Alliance, <http://citiesalliance.org>, consult. dia 15/05/2013.

<sup>20</sup> Disponível no portal Archdaily, <http://www.archdaily.com/>, consult. dia 16/04/2013.



Ainda na Vila Cruzeiro, os artistas concluíram uma segunda pintura em 2008. Esta estende-se ao longo de um muro de betão cuja função é evitar os deslizamentos de terras na época das chuvas.

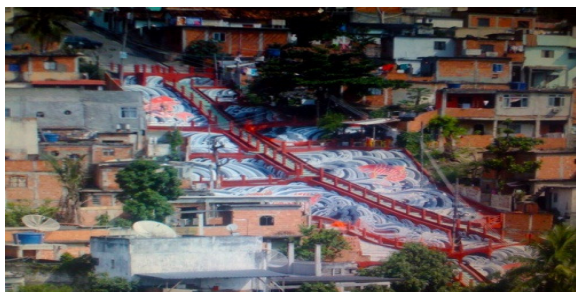


Fig.16 – Segunda pintura na Vila Cruzeiro (2008)  
Fonte: [www.favelapainting.com](http://www.favelapainting.com)



Fig.16.1 – Segunda pintura na Vila Cruzeiro (2008)  
Fonte: [www.favelapainting.com](http://www.favelapainting.com)

Em 2012 Haas & Haan entrevistaram, também com o apoio da fundação 'Firmeza', na comunidade de Santa Marta, uma favela no centro do Rio de Janeiro, dando ao projecto o nome de 'O Morro', pois a ideia inicial era pintar uma vertente inteira para que pudesse ser vista por todos. O local escolhido para a

operação foi a praça de uma das entradas da comunidade, assim todos os edifícios

circundantes foram alvo do projecto, bem como a escola de samba que foi pintada com cores tradicionais. Os habitantes aprenderam a manejar todos os materiais, regras de segurança e especificidades das tintas, pelo que foram remunerados pelo seu esforço. O resultado foi um total de 700 m<sup>2</sup> de área pintada em 34 edifícios que, segundo os artistas, agora constituem um monumento para a comunidade. Haas & Haan esperam conseguir mais fundos para regressar ao Brasil e continuar a mudar a imagem das favelas até terem, uma colina completamente decorada. Os moradores afirmam que a mudança do visual da favela contribui para o aumento da auto-estima dos habitantes.



Fig.17 – Praça Cantão, Comunidade de Sta. Marta  
Fonte: [www.favelapainting.com](http://www.favelapainting.com)



Fig.17.1 – Praça Cantão depois da intervenção  
Fonte: [www.favelapainting.com](http://www.favelapainting.com)

### 2.3.3. Jorge Jaurégui | Rocinha e Complexo do Alemão

Assim como outras favelas onde interveio Jorge Jaurégui, a Favela Rocinha e o Complexo do Alemão estão integradas no PAC – Programa de Aceleração de Crescimento, levado a cabo pelo governo federal brasileiro entre 2007 e 2010. O programa teve como prioridade o investimento em infra-estruturas, saneamento, habitação, transporte, energia e recursos hídricos.

O PAC trouxe consequências positivas para os habitantes brasileiros: o programa ajudou a duplicar os investimentos públicos, gerou e garantiu empregos e rendimento, dando continuidade ao consumo de bens e serviços mantendo a economia activa. Com o intuito de fazer crescer a economia do país, em 2011 foi iniciado o PAC2. Foram criadas mais parcerias e fundos para a execução das obras que podem melhorar a qualidade de vida nas cidades brasileiras.



Fig.18 – Favela da Rocinha depois da intervenção  
Fonte: [www.jauregui.arq.br](http://www.jauregui.arq.br)



### *Alguns princípios de intervenção na Rocinha*

- As cores com as quais foram pintadas as casas da favela remetem para o estilo da cidade de Salvador;
- Foi feito o redesenho de espaços público-privados para que se tornem elementos estruturantes;
- Os vazios urbanos foram utilizados para construir habitações para realojar habitantes deslocados;
- Foram criados pátios, praças e espaços de convívio abertos à envoltura de fácil acesso, diferentes formas de atravessamento e permanência;
- Foi criada uma continuidade através do mesmo número de pisos, das cores, dos materiais e da incorporação de espaços colectivos e jardins abertos.

### *Complexo do Alemão*

A intervenção no Complexo do Alemão envolveu uma série de acções relativas à habitação, ao transporte, equipamentos e espaço público. No tema do espaço público a equipa pensou na circulação, nos espaços de convívio e nas ligações com os bairros adjacentes. Deste modo:

- Foram reorganizados os esquemas de circulação automóvel e dos peões;
- Foram incluídos ainda: infra-estrutura, iluminação pública, mobiliário urbano, vegetação e sinalização.
- Foram tratadas as ruas e os becos urbanística e paisagisticamente;
- Criaram novos espaços públicos e reurbanizaram os espaços residuais;
- Aproveitaram o valor paisagístico da área, criando um espaço verde de escala territorial.



Fig.19 – Complexo do Alemão (antes e depois)  
Fonte: [www.jauregui.arq.br](http://www.jauregui.arq.br)

#### 2.3.4. Programa POLIS (1999)

Em Portugal, o Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades (POLIS) visou a melhoria da qualidade de vida das cidades através de intervenções de carácter ambiental para aumentar a competitividade e atractividade dos núcleos urbanos. O programa foi dirigido e dinamizado por um Gabinete Coordenador subordinado ao ministro do MAOTDR.<sup>21</sup>

Segundo o documento *Requalificar – Promover a Qualidade de Vida Urbana* (2008) os objectivos do programa POLIS, são:

- *Desenvolver grandes operações integradas de requalificação urbana com uma forte componente de valorização ambiental;*
- *Desenvolver acções que contribuam para a requalificação e revitalização das cidades e que promovam a sua multi-funcionalidade;*
- *Apoiar outras acções de requalificação que permitam melhorar a qualidade do ambiente urbano e valorizar a presença de elementos ambientais estruturantes tais como frentes de rio ou de costa;*
- *Apoiar iniciativas que visem aumentar as zonas verdes, promover áreas pedonais e condicionar o trânsito automóvel nas cidades* (PARQUE EXPO, 2008: 4).

Lançado oficialmente em 2000, o POLIS abrangeu 39 cidades portuguesas de Norte a Sul do país tentando responder a quatro desafios designados “desígnios emblemáticos”, sempre mencionados nos planos estratégicos das zonas a intervir:

- *Cidades Verdes*

São consideradas cidades verdes aquelas cuja infra-estruturação básica está resolvida e que atribuem ao ambiente um papel fundamental na requalificação através de reordenamento do trânsito, criação de novas formas de mobilidade mais amigas do ambiente, criação de espaços públicos de qualidade... medidas que contribuam para uma cidade com uma pegada ecológica cada vez menor.

- *Cidades Digitais*

Cidades digitais são as que se dispõem a abrir caminho à sua própria inserção e a dos seus cidadãos num espaço mais de acordo com os desafios da sociedade informática

---

<sup>21</sup> Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional.

contemporânea ao promover os serviços de comunicação digital e a cultura da sua utilização para diversos fins: comerciais, lúdicos, escolares, culturais e participação cívica.

- *Cidades do Conhecimento e do Entretenimento*

São as cidades providas de infra-estruturas tecnológicas e de diversão, espaços culturais e de aprendizagem artística que facilitem a atracção e fixação de população jovem para que estes dêem nova vida económica e cultural às cidades.

- *Cidade Intergeracionais*

Estas cidades lutam contra a segregação espacial e exclusão social e promovem a abertura às novas gerações com a promoção da refuncionalização e qualificação dos tecidos. Só desta forma é possível coexistirem diferentes estilos de vida no espaço urbano.



Fig.20 – Tipologia de intervenções do programa POLIS  
Fonte: PARQUE EXPO, 2008

As principais acções de qualificação do POLIS são:

- Requalificar áreas industriais obsoletas;
- Criar novos pólos nas áreas metropolitanas;
- Valorizar frentes de mar ou frentes ribeirinhas;
- Requalificar cidades de média dimensão com uma magnitude económica, mas por outro lado, uma falta de qualidade urbana;
- Valorizar cidades que possam constituir pólos de desenvolvimento regional (*id.*: 6).

## 2.4 Ideias-Chave

Este capítulo relativo ao espaço público permitiu identificar algumas ideias-chave para aplicação na proposta projectual. Além disso, permitiu balizar as acções possíveis de concretizar na intervenção. Destacam-se os seguintes pontos:

- Promover formas de envolver a comunidade no projecto e de a mobilizar para contribuir para a melhoria do bairro;
- Fazer um projecto que envolva as associações locais, para além dos residentes;
- Propor um projecto com durabilidade, cujos efeitos se perpetuem no tempo e que possa contribuir para o emprego da população e para o ensinamento de ofícios, como já referia José Forjaz no capítulo anterior;
- Criar e valorizar o espaço público não só pela sua materialidade, pela sua geometria e pelo seu desenho, que marcam a legibilidade do lugar, mas sobretudo através da promoção da intensidade da sua utilidade e do seu uso espontâneo pelas pessoas;
- Tomar consciência que estas intervenções também incluem dimensões de carácter ambiental.

## **CAPÍTULO 3: A COVA DA MOURA | DIAGNÓSTICO SÓCIO - URBANÍSTICO**

O presente capítulo apresenta a análise e interpretação do lugar. O objectivo primordial é compreender quais as potencialidades e fragilidades do território para identificar as suas principais carências de forma a elaborar uma proposta que possa colmatar as falhas existentes tirando partido das forças e oportunidades do lugar.

A análise espacial foi feita de forma interactiva entre a observação e a proposta e encarada de forma ao mesmo tempo racional e sensitiva tendo em conta a própria análise e a concepção da proposta. A análise partiu da observação do território com base em várias visitas ao bairro, da análise cartográfica e da leitura de documentos nomeadamente de anteriores diagnósticos<sup>21</sup>, do plano de acção (2006), de seminários (2005 e 2013), do estudo do LNEC (2008), bem como das duas principais candidaturas à elaboração do plano de pormenor para o bairro – uma liderada pela Faculdade de Arquitectura (2010) e outra pela empresa Vasco da Cunha (2010) –, que espelham diferentes pontos de vista permitindo estabelecer comparações e formular ideias sobre cada versão, e ainda do primeiro relatório do Plano de Pormenor elaborado pela Vasco da Cunha (2011).

Também houve a oportunidade de participar em dois workshops, “Este Largo Podia Ser Assim”, a 14 e a 29 de Junho de 2013, organizados pela equipa coordenada pela antropóloga Júlia Carolino, de um projecto de investigação sediado no GESTUAL<sup>22</sup> e financiado pela FCT<sup>23</sup>, que assentou na produção de oficinas com os habitantes no largo junto à Rua de Sta. Filomena. Esta experiência facilitou o contacto com alguns habitantes que expressaram as suas ideias e opiniões sobre o largo mencionado e sobre o bairro em geral. Houve ainda a oportunidade de participar numa visita de estudo ao bairro, a 4 de Julho de 2013, de um grupo de arquitectos franceses, orientada pela Professora Isabel Raposo, a qual foi seguida de um pequeno debate com as três associações do bairro<sup>24</sup>.

---

<sup>21</sup> Vasco da Cunha (2001), Operação Cova da Moura – Diagnóstico, (2006).

<sup>22</sup> Gabinete de Estudos Sócio-Territoriais Urbanos e de Acção Local do Centro de Investigação em Arquitectura, Urbanismo e Design da Faculdade de Arquitectura.

<sup>23</sup> Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Projecto “Espaço Relacional e Direito à Cidade” (FCT/EXPL/ATP-EUR/1772/2012)

<sup>24</sup> A visita foi organizada no quadro da “Voyages d’Études ‘Autrement, Ailleurs’” uma iniciativa da *Union sociale pour l’habitat* da *École de la rénovation urbaine et de la gestion des quartiers*.

Neste caso houve a oportunidade de colaborar na realização de um mapa do bairro que foi distribuído aos arquitectos franceses.

Há ainda a assinalar a participação na produção dos painéis para a exposição “Retrospectiva/Futuro Sobre a Qualificação do Bairro da Cova da Moura”, no âmbito do “Kova M Festival 2013” (de 23 a 27 de Julho). Esta culminou com um debate no qual residentes de várias idades expressaram a sua opinião sobre o caminho a seguir para a qualificação da Cova da Moura.

Através das reuniões com o GESTUAL e especificamente com a orientadora foi possível ter acesso às opiniões das associações que fazem parte da comissão de bairro. Houve também a oportunidade de apresentar e discutir com esta comissão a proposta elaborada.

### **3.1 Análise Socioeconómica e cultural**

No bairro da Cova da Moura residem cerca de 5057 pessoas de acordo com o levantamento feito em 2000 (levantamento da empresa Vasco da Cunha e da C. M. Amadora). Este conjunto é formado por portugueses retornados e população vinda das ex-colónias, maioritariamente de Cabo-Verde. Actualmente também residem indivíduos provenientes da Europa de Leste e do Brasil, embora estes não tenham uma estadia permanente no bairro.

A população do bairro contrasta com a das restantes freguesias do município da Amadora: taxas de fecundidade elevadas e alta percentagem de população jovem e activa. No entanto, existe um nível de abandono e insucesso escolar elevado, potenciado pela existência de famílias desestruturadas e de diferentes línguas e comportamentos culturais, e também de diversos casos de maternidade na adolescência. Estes indicadores permitem entender a elevada taxa de actividade justificada pela procura precoce do primeiro emprego por parte dos jovens. Note-se que existem alguns casos de conclusão do ensino superior, principalmente na população feminina. As baixas habilitações e a necessidade de garantir os meios de vida condicionam o acesso ao emprego, pois a maioria dos residentes estão colocados em trabalhos que requerem pouca qualificação e, conseqüentemente, com baixos salários e poucos benefícios fiscais.

O número médio de pessoas por família é de 3,4 pessoas, superior aos das freguesias da Damaia e Buraca, as duas que abrangiam o bairro antes da recente extinção de freguesias, e que contavam com 2,5 e 2,8 pessoas, respectivamente.

Observa-se uma distribuição espacial dos residentes consoante a sua nacionalidade: na parte norte do bairro residem maioritariamente os portugueses; os angolanos e são tomenses distribuem-se pelas ruas do Moinho, da Palmeira e do Alecrim; os cabo-verdianos estão espalhados de modo uniforme evidenciando-se mais no centro do bairro. As relações entre as pessoas estão muito ligadas à língua-mãe e à cultura.

Relativamente às actividades económicas dentro do bairro predominam os serviços de proximidade e pessoais e distinguem-se 35 actividades diferentes, algumas especializadas em produtos africanos, e outras como: cabeleireiros, oficinas de serralharia, construção civil, reparação de electrodomésticos, mecânica... Os estabelecimentos são economicamente viáveis e garantem a estabilidade e o dinamismo económico do bairro. Quanto aos



equipamentos, serão tratados com mais pormenor na secção destinada à análise detalhada do bairro (3.2.2).

## 3.2 Análise Urbanística

### 3.2.1 A envolvente do Bairro

Nesta análise consideram-se dois grandes temas: (1) ligações com o exterior e (2) articulação com a envolvente.

#### 1. *Ligações com o exterior:*

Ao nível da ligação com o exterior analisam-se os seguintes itens: (a) acessibilidade rodoviária; (b) transportes públicos colectivos; (c) espaços verdes; (d) tipologias de edificado; (e) equipamentos de escala municipal.

##### 1. a) *Acessibilidade rodoviária*

O bairro está muito próximo de eixos e nós viários importantes que permitem deslocações rápidas no próprio concelho da Amadora e na ligação com os concelhos de Sintra, Lisboa e Oeiras.

MAPA 1 - PRINCIPAIS EIXOS VIÁRIOS



Legenda:  
— Vias arteriais principais: IC19, 2.ª Circular, CRIL  
— Vias distribuidoras (rede municipal principal): Av. da República e Av. D. João V

Fonte: elaboração própria

### 1. b) Transportes públicos colectivos

A população residente no bairro é servida pela Carris, pela Lisboa Transportes e pela CP (Comboios de Portugal). No que respeita aos autocarros que passam nas imediações do bairro, a Carris faz as ligações entre o concelho da Amadora e vários pontos de Lisboa e a Lisboa Transportes permite a circulação dentro do concelho e faz ligação com os concelhos de Oeiras e Lisboa embora num número mais reduzido de carreiras. A CP permite um acesso mais rápido entre Lisboa e Sintra através da estação de Sta. Cruz/Damaia que também está próxima do bairro. A estação é servida por uma praça de táxis.

A oferta de transportes nas proximidades do bairro é pois satisfatória, mas não há passagem de transportes públicos dentro do bairro o que é sentido pelos residentes como uma carência.

MAPA 2 - TRANSPORTES PÚBLICOS COLECTIVOS



Fonte: elaboração própria

Serviços da Carris:	Serviços da Lisboa Transportes:
711 Terreiro do Paço - Alto da Damaia	108 Caxias - Est. Damaia
746 Marquês Pombal - Est. Damaia	109 Falagueira - Est. Damaia - Damaia de Cima
754 Campo Pequeno - Alfragide	162 Algés - Falagueira Metro (linha azul)
764 Cidade Univesitária - Damaia de Cima	185 Marquês Pombal - Hosp. da Amadora
767 Campo M. da Pátria - Est. Damaia	
799 Colégio Militar - Alfragide	



### c) Espaços Verdes

Analisando os espaços verdes conclui-se que a maioria são áreas de relvado, alinhamentos arbóreos e canteiros com as funções de embelezamento e enquadramento do edificado. Existem também alguns jardins e parques urbanos e os restantes são espaços de relvado associados a equipamentos de grande escala. Conclui-se que existe espaço verde na envolvente do bairro mas este não constitui uma rede contínua e articulada.

No bairro não existe uma estrutura verde planificada de acesso público, embora existam pequenos espaços verdes: canteiros e quintais privados, terrenos vazios transformados em hortas, trepadeiras e vasos na frente das casas.

MAPA 3 - ESPAÇOS VERDES



Fonte: Elaboração própria

#### *1. d) Tipologia habitacional*

A estrutura edificada da área envolvente ao bairro apresenta diferentes tipos habitacionais. Nas proximidades imediatas do bairro observam-se maioritariamente agrupamentos de edifícios em banda configurando por vezes quarteirões abertos, dispondo no seu interior de comércio e serviços.

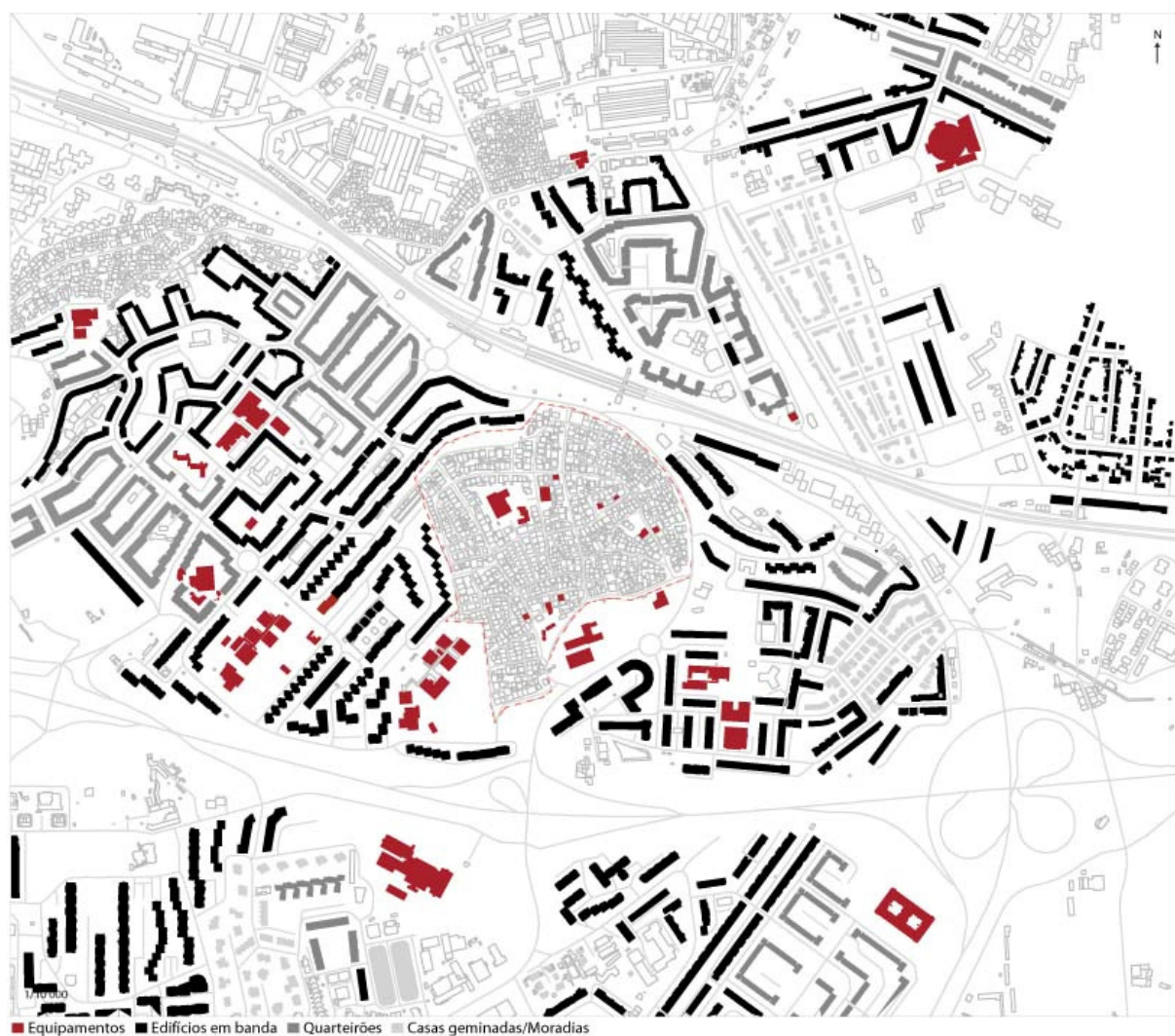
Apesar da diversidade de tipos habitacionais, não há uma estrutura definida da massa edificada. Por outro lado, a estrutura edificada na envolvente imediata do bairro não se articula com o bairro não havendo por isso, continuidade entre os quarteirões do bairro e o exterior.

#### *1. e) Equipamentos de escala municipal/local*

Os equipamentos na envolvente do bairro são na sua maioria educativos e religiosos, embora na Damaia se localizem também alguns serviços (centro de saúde, CTT, farmácia) dos quais usufruem os residentes da Cova da Moura. Estes usufruem da proximidade aos equipamentos da envolvente, principalmente os educativos (Escola Básica e Secundária Dr. Azevedo Neves, Escola Básica Prof. Pedro D'Orey da Cunha, Escola Secundária D. João V) dado o elevado número de jovens a residir no bairro.

No interior do bairro também existe um equipamento de ensino básico, várias creches, as sedes da Associação de Solidariedade Social e da Associação de Moradores e o complexo das instalações da Associação Cultural Moinho da Juventude.

MAPA 4 - TIPOLOGIA HABITACIONAL E EQUIPAMENTOS DE ESCALA MUNICIPAL/LOCAL



Fonte: Elaboração própria



## 2. Articulação com a envolvente

As relações do bairro com a sua envolvente são deficientes, o que em grande parte é potenciado pela topografia do terreno. Os edifícios implantados na envolvente funcionam como barreira mesmo quando existem acessos, como é o caso da Av. da República, com acessos muito pouco perceptíveis. A norte e a noroeste do bairro a situação é agravada devido aos lotes em banda que foram construídos de costas para o bairro. A implantação de um equipamento educativo adjacente ao bairro, a sudoeste, justifica a existência de um muro de vedação de toda a escola o qual limita em parte o bairro a sudoeste no seguimento da barreira a noroeste constituída por habitações em banda. A sul o bairro é penetrado pelo terreno da Santa Casa da Misericórdia que inclui dois equipamentos (Creche e Centro de Cuidados Continuados) para além do polidesportivo recentemente reconstruído pela Câmara Municipal e afecto ao bairro.

Recentemente, a entrada sul do bairro foi melhorada no âmbito do concurso da Trienal de Arquitectura, com um projecto iniciado por estagiários do GESTUAL e concluído por uma arquitecta estagiária da Associação Moinho da Juventude, ex-aluna da FAUTL, o qual ganhou um prémio no quadro das Bolsas *Crisis Buster*.

MAPA 5 - LIMITES DO BAIRRO E BARREIRAS



Fonte:  
Elaboração  
própria

### 3.2.2 O Bairro

Nesta análise consideram-se os seguintes itens: (a) hierarquia viária; (b) espaço edificado; (c) levantamento funcional; (d) espaço público; (e) espaço verde; (f) infra-estruturas.

#### *(a) Hierarquia viária e acessibilidade*

O bairro tem uma estrutura viária perceptível com três ruas claramente definidas como os acessos rodoviários principais:

- Rua Principal;
- Rua 8 de Dezembro;
- Rua do Outeiro.

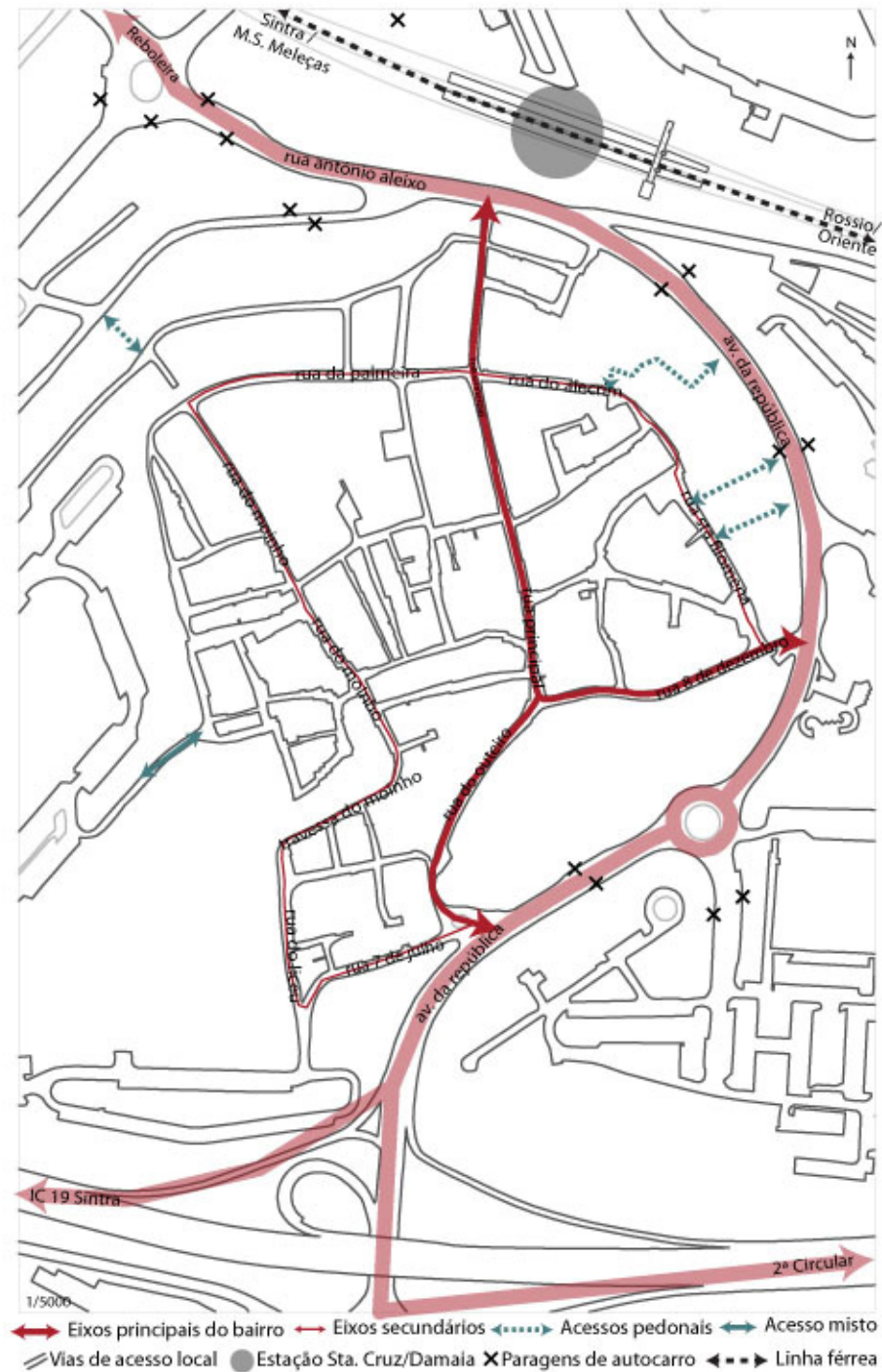
Existem ainda três ruas sequenciadas que asseguram a distribuição pelo bairro e complementam as anteriores:

- Rua de Sta. Filomena
- Rua do Alecrim
- Rua da Palmeira
- Rua do Moinho

No entanto, os arruamentos são irregulares, são descontínuos, não têm as mesmas características ao longo da sua extensão, não têm o perfil recomendado, não garantem a segurança e conforto dos peões e não permitem a existência de áreas de estacionamento. Outras características agravantes são: a topografia, nalguns troços, e os afunilamentos causados pelo edificado.



## MAPA 6 - HIERARQUIA VIÁRIA



Fonte: elaboração própria

*(b) Espaço edificado*

O bairro apresenta uma densidade de ocupação elevada e tem uma ocupação que não obedece às normas. No entanto, em termos de morfologia é possível identificar uma estrutura de quarteirões embora estes não tenham formas regulares e não tenham sempre a mesma forma e tamanho. A nascente apresenta-se uma malha mais irregular e de mais difícil acesso.

MAPA 7 - ESPAÇO EDIFICADO



Fonte: elaboração própria

*(c) Levantamento funcional*

No interior do bairro existem equipamentos, comércio e serviços que dão resposta às necessidades básicas da população. Existe algum comércio e alguns serviços especializados em produtos africanos. Alguns estabelecimentos fazem parte da rede de cabeleireiros e restaurantes do 'Projecto Sabura' e fazem do bairro um pólo gerador de emprego. Os equipamentos (creches, escolas, bibliotecas, associações, gabinetes, polidesportivo) são direccionados para os residentes dando apoio aos jovens e crianças do bairro.

MAPA 8 – LEVANTAMENTO FUNCIONAL





*(d) Espaço público*

Em termos de espaço público há uma variedade de espaços: ruas, becos e largos provocados por estreitamentos/alargamentos de vias. Em algumas situações o edificado dificulta a continuidade dos espaços e a sua percepção. Consoante as suas dimensões e condições de conforto, o espaço é vivido de várias formas, havendo zonas de encontro, zonas de passagem e pátios que dão acesso a conjuntos de habitações. A rua é simultaneamente um espaço de encontro e de passagem e, em alguns casos, de comércio, não havendo limite físico para estas actividades. Os espaços mais abertos que poderiam ser pequenas praças ou zonas de transição público–privado são utilizados para estacionamento e apresentam muitas vezes um declive acentuado revelando-se desconfortáveis.

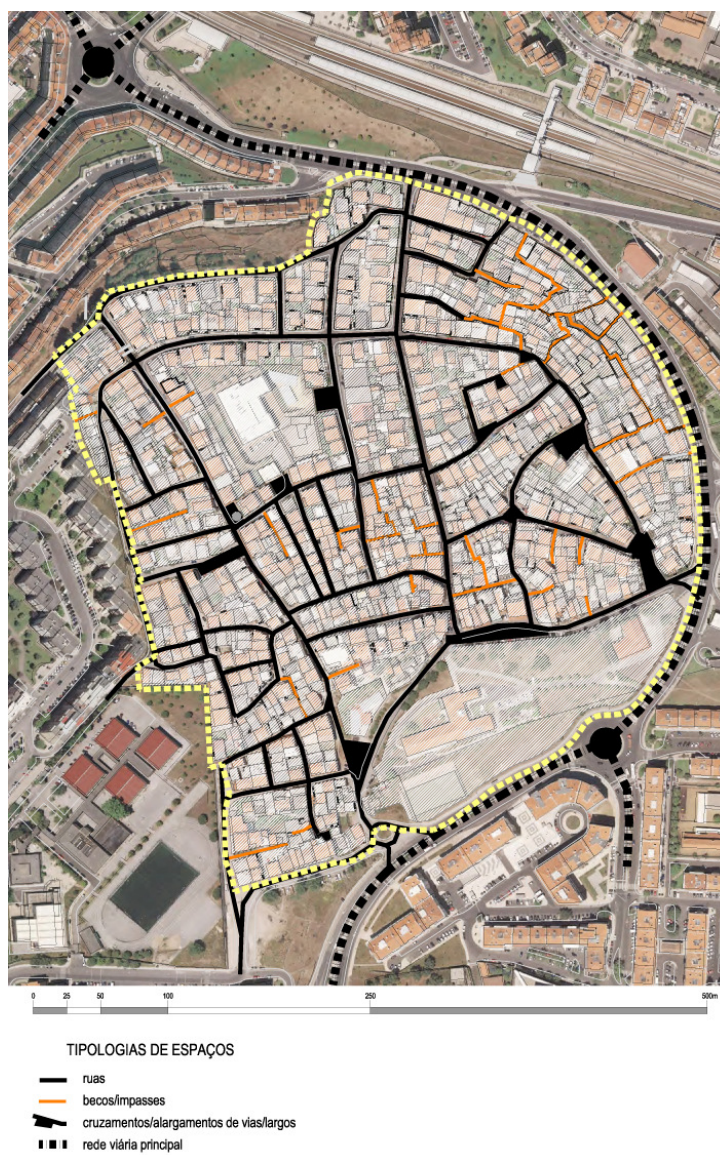


Fig. 21 – Tipologia de espaços públicos (de cima para baixo: largos, becos, ruas)  
Fonte: elaboração própria

A materialidade do espaço público é muito pouco sofisticada. A maioria das vias são alcatroadas, existem alguns espaços pavimentados com cimento e troços de terra batida. Alguns pátios têm o pavimento revestido de pedra não aparelhada. Alguns dos postes da electricidade são de madeira.

Não existe mobiliário urbano formal para além de caixotes de lixo, mas existe mobiliário improvisado com materiais pouco convencionais (baldes, traves de madeira, blocos de cimento). Por vezes os próprios moradores instalam peças de mobiliário interior no espaço exterior público (sofás, cadeiras).

MAPA 9 – ESTRUTURA DO ESPAÇO PÚBLICO



Fonte: VASCO DA CUNHA, 2011



MAPA 10 – ILUMINAÇÃO PÚBLICA E CONTENTORES DO LIXO



Fonte: Elaboração própria

*(e) Espaços Verdes*

Os elementos verdes dentro do bairro localizam-se na sua maioria no interior das habitações cujos moradores tratam dos seus pátios e quintais (ver anexo 1 – espaços exteriores privados). Existem também hortas que vão sendo plantadas em lotes vazios e em zonas de declive elevado que fazem a separação entre a Cova da Moura e outros bairros circundantes. Como já tinha sido dito no tópico anterior o bairro não tem uma estrutura de espaços verdes públicos definida, por isso as zonas mais ou menos verdes do bairro dependem dos moradores que se dispõem a cuidar dos seus canteiros e quintais. Sendo assim, os elementos verdes existentes têm como função o embelezamento e a subsistência, não sendo associados a espaços de lazer ou de encontro. Constitui excepção a entrada sul recentemente arranjada e atrás referida.





Fig. 22 – Tipologia de espaços verdes (de cima para baixo: canteiros, hortas, quintais, fachadas verdes  
Fonte: elaboração própria



*(f) Infra-estruturas*

A rede de electricidade e as telecomunicações colocados por via aérea apresentam grandes deficiências, constituindo uma ameaça para o espaço público em termos estéticos e de segurança. O sistema de drenagem de águas pluviais também apresenta algumas deficiências. As redes de esgotos e abastecimento de águas abrangem todo o bairro.



Fig. 23 – Exemplos do impacto visual no espaço público das redes aéreas de electricidade e telefone

### 3.3 Intervenções no Bairro

MAPA 11 – INTERVENÇÕES



1. Criação da Comissão de Moradores do bairro (1978) (Plano de traçado de vias; toponímia das ruas). Reabilitação da sede em 2011.
2. Reserva de terrenos para posterior construção de equipamentos educativos e desportivos (1978)
3. Asfaltamento e instalação de redes de água e esgotos na Rua Principal e Rua do Vale (1979)
4. Construção de escadas no bairro (1984)
5. Criação do Clube Desportivo do Alto da Cova da Moura (actual ASSACM) em 1983 e melhoria das instalações em 2010; conversão para centro comunitário em 2011.
6. Criação da Associação Cultural Moinho da Juventude (ACMJ) (1984)
7. A ACMJ cria a biblioteca infanto-juvenil (1985)
8. Construção da escola primária (1988)
9. Construção do polidesportivo (1988)
9. Criação da creche 'O Moinho' (2000)
10. Criação da creche 'A Árvore' (2003)
11. Programa Urban II (2005) Construção do polidesportivo
12. Construção de duas salas para a 'Creche Sem Fronteiras' do centro infantil S. Gerardo
13. Inauguração da biblioteca 'Ramos Rosa' e do centro 'Tomkiewicz' (2006)
14. A ASSACM inaugurou o parque infantil 'Nu Kre Brinca' (2007)
15. A ACMJ inaugura o estúdio de gravação 'Kova M' (2009)
16. Construção de escada na Rua B no âmbito do 'Djunta M6' (2009)
17. Melhoria do espaço adjacente às creches (2010) pela C M da Amadora
18. Arranjo do recreio da escola primária (2010) pela C M da Amadora
19. Reabilitação do polidesportivo e das sedes das associações locais (2010). As obras do polidesportivo s ão concluídas em 2011.
20. Qualificação do 'Ninho dos Jovens' (2011)
21. Construção do edifício de Cuidados Continuados da Santa Casa da Misericórdia (2011)
22. Inauguração da 'Entrada Sul' do bairro em 2013. A proposta foi vencedora do concurso à bolsa Crisis Buster da Trienal de Arquitectura.

Fonte: Elaboração própria

### 3.4 Diagnóstico

A partir da análise anterior segue-se a síntese do diagnóstico do Bairro da Cova da Moura que servem de base à elaboração apresentada no próximo capítulo dos princípios, critérios, eixos de intervenção e objectivos, gerais e específicos. Nesta síntese tiveram-se em conta os documentos elaborados pela equipa da Iniciativa Bairros Críticos (*Operação Cova da Moura - Diagnóstico*, 2006), pela Associação de Moradores do bairro (2006) e pela empresa Vasco da Cunha (*Relatório I - Estudos de Caracterização*, 2011 e *Relatório II – Enquadramento Sócio-económico e Diagnóstico*, 2012).

QUADRO 3 – QUADRO SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO.

Potencialidades	Fragilidades	Oportunidades
<b>Articulação com a Envolvente</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Proximidade a eixos viários estruturantes (CRIL, IC19, 2ª Circular, Av. Da República) e a Lisboa</li> <li>&gt; Fácil acesso a transportes públicos: proximidade à estação de comboios da CP; rápido acesso a paragens de autocarro (Carris e Lisboa Transportes)</li> <li>&gt; Variedade de destinos dos transportes que asseguram a movimentos pendulares entre os concelhos adjacentes e dentro do próprio concelho</li> <li>&gt; Acessos pedonais e mistos a partir de vários pontos do bairro</li> <li>&gt; Envolvente bem servida por equipamentos e serviços</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Não há transportes públicos que atravessem o bairro</li> <li>&gt; Existência de barreiras físicas que impedem a criação de mais acessos</li> <li>&gt; Localização do novo equipamento de santa casa da misericórdia agravou a barreira a sul</li> <li>&gt; Falta de qualidade e segurança nos acessos exclusivamente pedonais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Área envolvente revitalizada</li> <li>&gt; Acessos que podem ser melhorados tornando-os mais seguros e confortáveis</li> <li>&gt; Acessos que dão para a Av. da República</li> </ul>

Potencialidades	Fragilidades	Oportunidades
<b>Mobilidade</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Existência de rede viária hierarquizada dentro do bairro facilmente identificável</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Fraca articulação entre a rede viária interna e externa</li> <li>&gt; Perfis viários em desacordo com os regulamentos</li> <li>&gt; Arruamentos descontínuos</li> <li>&gt; Existência de estrangulamentos que diminuem a visibilidade</li> <li>&gt; Troços de rua sem pavimento</li> <li>&gt; Falta de estacionamento</li> <li>&gt; Sinalização insuficiente</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Rede viária com capacidade para circular em veículos</li> <li>&gt; Largura de ruas suficiente para áreas de estacionamento</li> </ul>
<b>Espaço Público</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Existência de espaços de encontro e vivência intensiva dos lugares</li> <li>&gt; Utilização do espaço público para comércio de rua</li> <li>&gt; Implementação de vegetação em pátios e quintais</li> <li>&gt; Existência de hortas em várias áreas do bairro: lotes vazios, terrenos baldios, encostas de separação entre o bairro e a envolvente</li> <li>&gt; Exemplos de agricultura vertical</li> <li>&gt; Zonas com vista privilegiada sobre a envolvente</li> <li>&gt; Recolha do lixo assegurada pela Comissão de Bairro</li> <li>&gt; 'Entrada Sul' qualificada pela Associação Moinho da Juventude</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Falta de espaços verdes de lazer e enquadramento e arborização</li> <li>&gt; Espaços desorganizados</li> <li>&gt; Indiferenciação de espaços</li> <li>&gt; Falta de estruturas para o comércio informal</li> <li>&gt; Acumulação de veículos</li> <li>&gt; Inexistência de mobiliário urbano</li> <li>&gt; Inexistência de sinalizações dos equipamentos do bairro</li> <li>&gt; Rede eléctrica e de telecomunicações instaladas por via aérea e sem regra</li> <li>&gt; Falta de manutenção das redes eléctrica e de iluminação</li> <li>&gt; Iluminação pública deficiente</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Experiência de uma associação local na promoção do comércio informal através de estruturas de apoio</li> <li>&gt; Variedade de espaços</li> <li>&gt; Experiência local de agricultura</li> </ul>

Potencialidades	Fragilidades	Oportunidades
<b>Edificado</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Território estruturado</li> <li>&gt; Existência de elementos de património (Moinho e cúpulas do aqueduto)</li> <li>&gt; Existência de uma variedade de equipamentos de carácter social, cultural e educativo</li> <li>&gt; Variedade de tipologias dentro do bairro ligadas às raízes culturais de cada inquilino</li> <li>&gt; Existência de edificado que pode ser facilmente reabilitado e utilizado para novos fins</li> <li>&gt; Existência de comércio que faz do bairro um tecido economicamente activo e dinâmico</li> <li>&gt; Investimento dos moradores na melhoria da sua habitação</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Elevada densidade de construção</li> <li>&gt; Habitações com acessos inseguros e insalubres</li> <li>&gt; Existência de alguns edifícios em mau estado e que não cumprem com os requisitos legais</li> <li>&gt; Frente urbana degradada (Av. da República)</li> <li>&gt; Fraca divulgação do comércio e das actividades económicas desenvolvidas</li> <li>&gt; Edificado inacabado</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Moradores com conhecimentos que englobam a construção e materiais</li> <li>&gt; Associações com vontade de melhorar e promover a imagem do bairro projectando-a para o exterior</li> <li>&gt; Estudos sobre a qualidade das edificações segundo diferentes variáveis</li> </ul>
<b>Dimensão Social</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Espírito de comunidade</li> <li>&gt; Fortes laços entre moradores e com o lugar onde vivem</li> <li>&gt; Capacidade e disponibilidade para divulgação da cultura</li> <li>&gt; Grande vontade de mobilização dos habitantes</li> <li>&gt; População jovem</li> <li>&gt; Associações locais que apoiam os habitantes na luta pela melhoria do bairro</li> <li>&gt; Existência de equipamentos no interior do bairro</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Preconceitos relativos ao bairro e, consequentemente, aos moradores</li> <li>&gt; Número diminuto de equipamentos e espaços de lazer em relação ao número de crianças e jovens</li> <li>&gt; Fraca inserção no mercado de trabalho e dificuldade de acesso a benefícios fiscais</li> <li>&gt; Falta de formação profissional</li> <li>&gt; Problemas com a toxicodependência e o tráfico</li> <li>&gt; Abandono escolar (potenciado) pela maternidade na adolescência</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Associações locais</li> <li>&gt; Disponibilidade de profissionais que colaboram nas actividades do bairro promovidas pelas instituições</li> <li>&gt; Multiculturalidade</li> </ul>

## **CAPÍTULO 4: PROPOSTA**

Este capítulo faz a apresentação da proposta de intervenção no espaço público do Bairro da Cova da Moura. A base teórica estudada nos capítulos 1 e 2 serviu de referência para fundamentar a proposta. Para uma intervenção coerente de qualificação do espaço público do bairro definem-se em primeiro lugar princípios e critérios de qualificação. Antes de apresentar o projecto fazem-se também referência aos materiais que se pretendem usar e permitem entender o carácter da intervenção. Uma vez que o plano de pormenor parou, a proposta responde ao desafio da Comissão de Bairro de qualificar o espaço público, embora sem resolver a questão do terreno, seguindo a linha das acções que já têm vindo a ser feitas (mapa 11, capítulo 3).

### **4.1 Princípios de Intervenção**

Com base no diagnóstico foram delineados os seguintes princípios de intervenção:

- A intervenção deverá resolver as fragilidades identificadas no bairro nas dimensões apresentadas no diagnóstico: articulação com o exterior, mobilidade, espaço público/verde e edificado;
- A intervenção deverá adaptar-se à realidade local mostrando respeito pelas aspirações da população, pelos laços sociais e pela carga cultural do lugar;
- A dimensão do espaço público será priorizada transformando-o num factor de qualidade de vida para os residentes;
- Sempre que existam condições mínimas de habitabilidade e segurança, identificadas com base no estudo do LNEC (2008), a proposta deverá preservar os edifícios existentes;
- Os casos de demolição e renovação serão propostos apenas se houver impossibilidade de reabilitação, legalização ou ainda devido aos custos implicados nessas mesmas operações;
- Procurar-se-ão condições de conforto a partir de soluções inovadoras, de baixo custo e ecologicamente viáveis;
- A intervenção deverá acrescentar valor económico ao território.



## 4.2 Estratégia de Intervenção e Objectivos

Com base no diagnóstico e nos princípios de intervenção identificou-se a principal problemática de cada dimensão abordada e para cada uma definiu-se um eixo de intervenção e um objectivo estratégico correspondente (quadro 4).

QUADRO 4 – EIXOS DE INTERVENÇÃO E OBJECTIVOS

Dimensões do diagnóstico	Problemática	Eixos de Intervenção	Objectivos Estratégicos	Objectivos Específicos
1. Articulação com a envolvente	- Desintegração da envolvente	Um bairro acessível a todos	A. <b>Transformar</b> o bairro num lugar atractivo quer para passagem, quer para a participação em actividades promovidas pelo bairro	- Melhorar os acessos ao bairro: pedonais e viários
2. Mobilidade	- Rede e traçado viário desregrados	Um bairro com mobilidade para todos	B. <b>Criar e definir</b> espaço para a circulação livre e segura de peões e veículos	- Rever perfis viários e de caminhos pedonais - Disciplinar o estacionamento - Regularizar os alinhamentos e a continuidade entre algumas ruas - Definir zonas pedonais - Criar mais acessos adequados a pessoas com dificuldades motoras
3. Espaço Público/Verde	- Espaços desqualificados	Uma vivência mais confortável e segura	C. <b>Construir</b> um ambiente de qualidade a partir de várias soluções urbanísticas e ecológicas	- Diferenciar o carácter entre ruas, espaços de transição e largos - Pavimentar ruas em terra batida ou com pavimento degradado - Fazer a substituição para rede subterrânea: telecomunicações e iluminação pública (opcional) - Introduzir mobiliário urbano, iluminação e sinalização - Desenvolver diferentes soluções de espaços verdes - Dinamizar a agricultura vertical e horizontal



4. Edificado	- Falta de manutenção	Melhores condições de habitabilidade	D. <b>Adaptar</b> o edificado às actividades e <b>eliminar</b> os factores de insegurança e insalubridade	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Diminuir a densidade dos quarteirões</li> <li>- Aumentar a área livre</li> </ul>
5. Dimensão Social	- Estigmatização e discriminação	Um bairro bem visto por todos	E. <b>Aumentar</b> as oportunidades dos residentes	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Criar usos que possam ser geridos pela população residente, criando emprego e oportunidades de formação</li> </ul>

### 4.3 Critérios de Qualificação do Espaço Público

Para a elaboração de um plano de intervenção adequado ao caso de estudo é necessário esboçar critérios de qualificação que permitam a melhoria das condições do espaço exterior no que respeita aos espaços públicos e verdes, à circulação viária e pedonal e ao estacionamento, bem como à salubridade de alguns espaços afectos às habitações. Propõem-se os seguintes critérios:

1. As vias de circulação automóvel terão largura superior a 6m.
2. Todas as vias de circulação automóvel serão de sentido único, com excepção das ruas 8 de Dezembro e do Outeiro. Deste modo:
  - O passeio para o peão terá no mínimo uma largura de 0,90 metros de cada um dos lados da via,
  - Haverá algumas situações de excepção, em que isso poderá não ser de todo possível (o pior caso registou-se na Rua do Chafariz). Nestes casos tentar-se-á compensar o peão com um maior espaço de circulação no lado oposto da rua;
  - Em troços de rua onde a largura o permitir, para além do passeio pedonal, serão desenhados lugares de estacionamento para residentes, para além do espaço afecto ao peão.
3. Serão consideradas vias pedonais:
  - Os percursos de acesso a habitações no interior de quarteirões;
  - Os troços de rua cuja largura é inferior a 6,0 metros. No entanto será permitida a circulação de veículos dos residentes dessas mesmas ruas.
4. Neste último caso será alterado o carácter da rua para um carácter mais privado e de maior relação entre a habitação e a rua, tornando-se um espaço de transição e ao mesmo tempo de estadia dos vizinhos.
5. Os postes de iluminação pública serão, sempre que possível, colocados na faixa de circulação para peões. Caso a largura do passeio seja mínima serão colocados candeeiros de braço, instalados nas fachadas a fim de não invadir o espaço dos peões. As luminárias terão de direccionar a luz para a via pública.
6. Além da iluminação pública geral, os espaços públicos de permanência e alguns espaços canais terão especial atenção ao nível da iluminação, sendo o seu carácter diferenciado por outro tipo de iluminação que estará associada a mobiliário urbano.
7. Considerar-se-á apenas a demolição de edifícios identificados como de difícil reabilitação pelo LNEC e que comprometam a reabilitação do espaço público por estarem numa das seguintes condições:

- Comprometam a circulação viária e pedonal;
  - Impeçam a ligação do bairro com a envolvente.
8. Sempre que possível será feita a reutilização de materiais resultantes das demolições bem como de outros materiais de reciclagem (como paletes, pneus, bidões, garrafas).
  9. Os acessos à habitação situados no interior de quarteirões far-se-ão através de pátios que serão reestruturados como espaços de transição entre o espaço público e privado.
  10. Os espaços vazios, existentes ou resultantes da reabilitação de quarteirões, serão aproveitado para:
    - Criar espaços verdes, espaços de recreio e hortas em local mais adequado;
    - Propor novos edifícios com novos usos.
  11. Todos os elementos que forem introduzidos no bairro no âmbito da qualificação terão de obedecer aos regulamentos em vigor e a um regulamento municipal realizado para a reabilitação do bairro.

## 4.4 Pesquisa de Suporte

Para intervir no bairro da Cova da Moura toma-se como princípio que a população irá continuar a participar na construção do seu habitat. Para tal foi seleccionado um conjunto de materiais que poderão ser úteis para definir o carácter desta intervenção, que é particularmente uma intervenção de baixo-custo e que implica o envolvimento da população. Deste modo, também é possível projectar a intervenção de maneira que as alterações feitas não sejam definitivas e possam evoluir. Pretende-se que seja uma mudança gradual em que cada momento possa ser um ponto de partida com vista ao melhoramento.

- *Paletes (madeira)*

As figuras apresentadas a seguir ilustram diferentes formas com se podem utilizar as paletes. Todas correspondem a projectos já concretizados (da direita para a esquerda: // *Giardino Dei Cinque Sensi*, *Orto in Campania*, *Estonoesunsolar*) e estão incluídas em categorias de construções temporárias e autoproduzidas.



Fig.24 – Exemplos da utilidade das paletes  
Fonte: [www.europaconcorsi.com](http://www.europaconcorsi.com)

- *Pneus*

Os exemplos que seguem são sugestivos para a reflexão sobre o mobiliário urbano e introduzem uma metodologia para a execução de muros de sustentação sem ter de recorrer ao betão. A figura da esquerda faz parte do projecto *La Scuola di Gomme* (2009) que envolveu uma comunidade palestina na construção de uma escola com pneus que posteriormente foram cobertos com terra como elemento ligante. Nos outros dois exemplos é mostrada a possibilidade de utilizar os pneus como mobiliário urbano: bancos (à direita) e vasos (ao centro).



Fig.25 – Exemplos da utilidade dos pneus  
Fonte: <https://www.facebook.com/desenvolvimentoecologico/>



- *Garrafas*



Este exemplo de hortas verticais difere do exemplo das paletes visto anteriormente, mas se for devidamente controlado e instalado pode ter os resultados ilustrados. É um exemplo de reutilização que pode ser facilmente implementado se os moradores procederem à separação dos resíduos sólidos urbanos e à recolha e selecção de garrafas.

Fig.26 – Horta vertical com garrafas

Fonte: <https://www.facebook.com/desenvolvimentoecologico/>

- *Bidões*



Fig.27 – Exemplos da utilidade dos bidões

Fonte: <http://sociedadeverde.org/>

No caso de espécies de maior porte, podem ser utilizados bidões na categoria de vasos, uma alternativa à solução anterior dos pneus. Os bidões podem ser também utilizados para a recolha das águas pluviais. Na figura é mostrado um sistema simples que funciona através do corte de um tubo de queda que passa a desembocar no bidão.

- *Material triturado*

Este material resulta de restos de materiais pétreos, ou no caso do bairro da Cova da Moura, de acordo com a proposta realizada, da trituração do alcatrão resultante da substituição dos pavimentos das ruas do bairro. Esta solução permite um pavimento poroso e por isso, permeável, favorecendo a infiltração das águas. Pode vir a ser aplicado particularmente em espaços de hortas.



## 4.5 Intervenção no Espaço Público do Bairro da Cova da Moura

Depois das fases de reflexão teórica, de leitura do território, do trabalho de campo, de identificação das problemáticas do terreno e do reconhecimento dos pontos-chave desenvolve-se o plano de qualificação do espaço público do bairro. Procura-se principalmente reforçar a identidade do bairro e valorizá-lo perante o resto da cidade através de uma metodologia que permita uma transição gradual entre a cidade formal e a cidade informal ou autoproduzida. A proposta procura orientar as soluções para a comunidade de modo a se conseguir uma maior adequação da proposta e uma participação efectiva.

### ○ *Metodologia*

A intervenção abrange todo o bairro e numa primeira fase respeita aos seguintes tópicos:

- Articulação com a envolvente;
- Circulação viária e pedonal;
- Espaços de permanência
- Estacionamento;
- Drenagem;
- Iluminação;
- Recolha de resíduos sólidos urbanos.

Numa segunda fase são elaboradas propostas de melhoria para espaços existentes mostrando-se o antes e o depois. Visto que se trata de um projecto de qualificação o principal é melhorar e não apenas criar. Esta fase enfatiza a escala do lugar e já permite reflectir sobre:

- Vegetação;
- Zonas de transição (público - privado);
- Mobiliário urbano;
- Iluminação de espaços de permanência;
- Materialidade e cores.

Numa terceira fase é elaborada uma proposta para o espaço de horta comunitária associada a espaços de estar e de mercado na vertente nascente do bairro adjacente à Av. da República que constitui o projecto principal da operação de qualificação.

- *Componentes de projecto*

As componentes de projecto foram estipuladas de acordo com os eixos de intervenção da estratégia (definidos no ponto 4.2). Deste modo, o bairro da Cova da Moura necessita de:

*Circulação* – acessibilidade e mobilidade de pessoas e veículos;

*Espaço público e verde* – espaços de permanência e de produção;

*Equipamentos e Edificado* – espaços de actividades em grupo e individuais;

*Infra-estruturas* – redes indispensáveis ao funcionamento e ao conforto dos espaços.

As acções do programa de intervenção apresentado a seguir visam permitir resolver os problemas de cada componente com vista à inserção sócio-espacial do bairro através da reestruturação do preexistente e/ou da introdução de novos elementos.

- *Programa de intervenção*

QUADRO 5 – PROGRAMA DE INTERVENÇÃO

<b>Componentes de Projecto</b>	<b>Acções de Intervenção</b>
Circulação	1. Reorganização do sistema de circulação 2. Melhoria dos acessos ao bairro
Espaço Público Espaço Verde	3. Criação de hortas comunitárias 4. Incorporação numa das hortas comunitárias um espaço público para mercado 5. Melhorar os espaços públicos existentes 6. Pavimentar o bairro 7. Introduzir mobiliário urbano
Equipamentos Edificado	8. Localização do 'Centro comunitário de Agricultura e Jardinagem' 9. Pintar as fachadas
Infra-estruturas	10. Alteração os perfis viários e definir espaços para o estacionamento 11. Enterro a infra-estrutura de iluminação pública 12. Alteração o sistema de drenagem de águas pluviais 13. Propor um percurso para a recolha do lixo

### *Circulação*

#### 1. Reorganização do sistema de circulação

Propõe-se que as vias de circulação automóvel passem a ser vias de sentido único devido à necessidade de garantir espaço de circulação confortável e seguro para os peões e para reservar espaço para o estacionamento dos residentes. Apenas os eixos principais de acesso (Rua Principal, Rua do Outeiro e Rua 8 de Dezembro) terão dois sentidos de circulação.

#### 2. Melhorar os acessos do bairro

Para a melhoria dos acessos ao bairro propõe-se a reorganização do sistema de circulação e também, no caso dos acessos pedonais da vertente nascente e norte, a sua articulação com espaços verdes. Os espaços verdes serão projectados de acordo com os acessos existentes e a criação de novas continuidades. Propõe-se também a criação de um ponto de entrada e saída pedonal a noroeste do bairro, resultante da demolição

de algumas habitações consideradas pelo LNEC em mau estado e que dificultavam a ligação com envolvente.

### *Espaço Público e Espaço Verde*

3. Criação de hortas comunitárias e pedagógicas
4. Incorporação na horta de um espaço público para mercado

No terreno adjacente à Av. da República propõe-se uma rede de hortas comunitárias e pedagógicas que incluam as hortas particulares preexistentes. O objectivo é colocar ao dispor da população talhões individuais e para grupos no caso das hortas pedagógicas. Propõe-se facilitar a acessibilidade tornando os acessos mais adequados e mais utilizados, de forma que se gerem a partir desses mesmos acessos novos espaços que podem ser produtivos ou simplesmente espaços verdes de enquadramento, espaços de lazer e ainda espaços de mercado que poderá servir para eventos relacionados com a horta, ou para o mercado informal, já existentes no bairro (mas sem estrutura de suporte), ou para festivais de comida (nomeadamente cachupa como é hábito na festa anual do 'Kola San Jon').

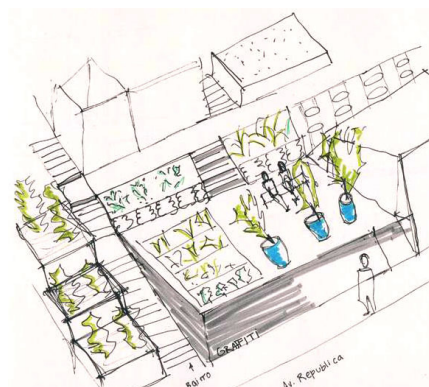


Fig.28 – Esboço do espaço de horta  
Fonte: Elaboração própria

5. Melhoria de espaços públicos existentes

Esta acção abrange espaços de convívio, pátios, largos, ruas... os espaços que tenham sido apropriados pelos residentes, mas que carecem de qualidade e conforto (ver em anexo no painel 6 os locais de intervenção urgente).

6. Pavimentar o bairro

Com base num estudo dos pavimentos, propõe-se uma solução que visa ser economicamente viável e confortável para os peões. Trata-se de um pavimento cerâmico para as faixas de circulação para os peões e o alcatrão para as faixas de circulação automóvel. O pavimento cerâmico tem a vantagem de ser permeável e portanto facilita a infiltração das águas pluviais.

## 7. Introdução de mobiliário urbano

O projecto propõe um novo esquema de iluminação pública, que diferencie os espaços: (ver em anexo no painel 8 o esquema de iluminação geral) para além do esquema geral de iluminação da via pública, propõe-se a iluminação dos 'micro' espaços públicos incorporada no mobiliário urbano ou em canteiros.



Fig.29 – Candeeiro de Braço  
Fonte: internet

## *Equipamentos e Edificado*

### 8. Localização do 'Centro comunitário de Agricultura e Jardinagem'

O centro comunitário tem como objectivo reunir os utilizadores das hortas e pessoas que queiram ensinar e/ou aprender. Pretende-se que seja um espaço onde também se possa gerir o espaço de horta e as actividades da comunidade que podem ocorrer nesse espaço para que seja uma rede controlada com os mesmos parâmetros de utilização para todos. O centro terá instalações para salas de aula e outros eventos, armazém de utensílios e de produtos (ver em anexo no painel 7 a planta geral).

### 9. Pintura das fachadas

À semelhança do projecto *Favela Painting* é possível ensinar os jovens do bairro o ofício da pintura. É uma forma de empregar os jovens e também colaborar com algumas empresas do ramo cujos donos são residentes do bairro.

## *Infra-estruturas*

### 10. Alteração dos perfis viários e definição de espaços para o estacionamento

Como já foi referido anteriormente nos critérios de qualificação, os novos perfis (ver em anexo no painel 8) transversais propostos visam contemplar o peão e o automóvel tentando reservar sempre que possível o espaço necessário à passagem do peão. Além disso, pretendeu-se reservar espaços para o estacionamento dos residentes e para os visitantes.

Propõe-se que as vias para automóveis sejam apenas de sentido único e o trânsito se processe de forma circular ao redor dos quarteirões. Os raios de curvatura propostos variam entre os 5,0 e os 7,0 metros, medidas confortáveis para vias locais onde são

permitidas velocidades de 50 km/h, e onde têm de circular veículos de emergência e de recolha do lixo. Numa pequena minoria de casos os raios são inferiores a 3,0m, mas não coincidem com esquinas de viragem para os veículos.

#### 11. Colocação de uma infra-estrutura de iluminação pública subterrânea

O objectivo desta acção é principalmente eliminar a sobrecarga da rede aérea, que não favorece o bairro visualmente, e retirar os fios obsoletos.

#### 12. Alteração do sistema de drenagem de águas pluviais

Para a drenagem propõe-se a adopção de um sistema de canal (fig.34). Uma vez que o processo de qualificação envolve os moradores, foi adoptado este sistema com um esquema fácil de montagem e com um longo período de vida útil.

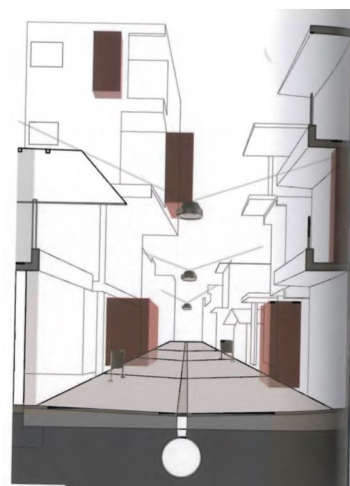


Fig.30 – Exemplo do sistema de drenagem  
Fonte: CASTRO, 2010

#### 13. Proposta de um percurso para a recolha do lixo

Em relação aos contentores do lixo, a sua localização será decidida pelos moradores e será proposto um percurso para a recolha do lixo dentro do bairro possibilitado depois da alteração dos perfis viários.



Mapa 12 – Percurso proposto para a recolha do lixo  
Fonte: Elaboração própria

## CAPÍTULO 5: CONCLUSÃO

O conceito de qualificação é relativamente recente quando aplicado a casos de bairros auto-produzidos, como é o caso do bairro da Cova da Moura. As intervenções em bairros auto-produzidos requerem uma atitude atenta às informações do lugar e a todas as suas dinâmicas antes de se avançar com uma formulação de ideias e de propostas.

Este trabalho permitiu reflectir sobre formas de conectar as pessoas aos projectos, ou seja, sobre metodologias que permitam ideias/opiniões locais no projecto desenhado. O estudo dos conceitos e os casos de referência permitiram ganhar consciência da importância do papel da população de bairros auto-produzidos nas operações de qualificação. Nestes casos, o arquitecto não tem apenas a responsabilidade de resolver os problemas através de uma proposta desenhada, mas também de ser o mediador entre os diferentes grupos da população residente e os decisores. O urbanista é chamado a equilibrar os diversos interesses e a reinventar o seu papel nestas intervenções.

Nestes contextos auto-produzidos é necessário haver regulamentos adaptados, pois os existentes foram concebidos para serem aplicados em construções de raiz. A falta de regulamentos e sobretudo a questão fundiária constituíram entraves ao processo de qualificação na Cova da Moura, iniciado em 2005 com a Iniciativa Bairros Críticos e interrompido em 2012 pelo novo governo.

Embora o bairro ocupe terrenos privados e da fazenda pública, nas actuais circunstâncias as associações locais pretendem intervir no espaço definido como público o qual pode começar a ser objecto de pequenas intervenções locais de melhoramento, uma vez que não é actualmente possível resolver a questão do terreno e do loteamento e que a C. M. Amadora havia impedido a intervenção nas casas. Deste modo, o projecto elaborado no presente trabalho procura estar assente nesta realidade urbanística, social e legal.

A Cova da Moura é um bairro com uma dinâmica associativa forte o que facilitará o envolvimento da população na melhoria do seu habitat. Desta forma será possível



projectar os desejos dos moradores a partir de uma lógica incremental onde os principais agentes de transformação são os próprios residentes.

O desafio da qualificação urbana passa por aceitar o existente e conseguir encontrar formas de intervenção que dialoguem com as dinâmicas espaciais e socioculturais vivenciadas pelos moradores. Nesta linha, o projecto aqui apresentado propõe-se formular respostas para os problemas do espaço público para serem discutidas com os residentes e reformuladas num processo de avaliação constante das expectativas e dos impactes de forma a se conseguirem as soluções mais ajustadas e uma melhoria progressiva e com poucos custos.

## Bibliografia

- **ALVES**, Francisco Silva [et al.] – Relatório de Diagnóstico: síntese de caracterização do bairro do Alto da Cova da Moura.
- **BETTENCOURT**, Andrea – *Qualificação e Reabilitação de Áreas Urbanas Críticas: os musseques de Luanda*. Lisboa: Faculdade de Arquitectura da UTL, 2011. Dissertação de Mestrado.
- **BATALHA**, Ana – *Arte na Minha Rua: estratégia de reabilitação urbana para o bairro da Cova da Moura*. Lisboa: Faculdade de Arquitectura da UTL, 2010. Projecto Final de Mestrado.
- **BRANDÃO**, Pedro – *O Chão da Cidade: guia de avaliação do design do espaço público*. Lisboa: Centro Português do Design, 2002.
- **BORJA**, Jordi; MUXI, Zaida - *El Espacio Público: Ciudad y Ciudadanía*. Electa, 2003.
- **CASTRO**, Javier Fernandez (coord.) - *Barrio 31, Carlos Mugica: Possibilidades y limites del proyecto urbano en contextos de pobreza*. Buenos Aires: Instituto de la Espacialidad Humana, 2010.
- **CEU**, Conselho Europeu de Urbanistas; *A Nova Carta de Atenas 2003: A visão do Conselho Europeu de Urbanistas sobre as Cidades do séc. XXI*; Professor Paulo V.D. Correia e Doutora Isabel Maria da Costa Lobo; Lisboa, Novembro 2003.
- **CESS**, Centro de Estudos de Serviço Social e Sociologia - *A Iniciativa Bairros Críticos na Cova da Moura: relatório preliminar de avaliação externa*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, Agosto de 2008.
- **COELHO**, António Baptista – Espaços Públicos Vivos e Caracterizados. Qualidades do Espaço Público e da imagem Urbana. Cadernos Edifícios. Lisboa: LNEC. n.º4 (2005), pp. 213-245.
- **COSTA**, Érico – Favela: retrato da exclusão social. Arquitextos [Em linha]. (2004). [Consult. 3 mai. 2013]. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/04.045/608>.
- **DGOTDU** – *Glossário de Desenvolvimento Territorial: Conferência europeia dos ministros responsáveis pelo ordenamento do território do conselho da Europa (CEMAT)*. Lisboa: DGOTDU, 2011.
- **DGOTDU** – *Proposta de projecto de decreto regulamentar que estabelece conceitos técnicos a utilizar nos instrumentos de gestão territorial*, Lisboa: DGOTDU, 2008.
- **ECORYS**; CEDRU – *Desenvolvimento Urbano sustentável em Portugal: Uma abordagem integrada*. [s.n.]. Relatório para a Direcção Geral da Política Regional da Comissão Europeia.
- **FERREIRA**, António Fonseca – Paradoxos do Planeamento Urbanístico em Portugal. Sociedade e Território. Porto. n.º 37/38 (2004), pp. 23-26.

- **FORJAZ**, José – Uma Estratégia Para o Melhoramento e Reabilitação dos Slums em Moçambique. Cadernos da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa. Cidades Africanas. Lisboa. n.º 5 (2005), pp. 92-97.
- **GUERRA**, Isabel – Intervenções Face à Exclusão Social Urbana: uma luta inglória?. Cidades - Comunidades e Território. Lisboa: ISCTE. n.º2 (2001), pp. 47- 57.
- **GUERRA**, Isabel (coord.) – *Política Públicas de Revitalização Urbana: Reflexão para a formulação estratégica e operacional das actuações a concretizar no QREN*. Lisboa: ISCTE/CET, 2005. Relatório Final.
- **HUCHZERMEYER**, Marie – Slum Upgrading and Slum Eradication under MDG Seven Target Eleven, in: Langford M, Sumner A, and Yamin AE (eds.). Millenium Development Goals and Human Rights: Past, Present and Future. London: Cambridge University Press; 2013.
- **INDOVINA**, Francesco – O Espaço Público: tópicos sobre a sua mudança. Cidades-Comunidades e Território. Lisboa: ISCTE. n.º5 (2002), pp.119-123.
- **IHRU**, Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana; MAOTDR, Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional – *Iniciativa Bairros Críticos: e as experiências de intervenção sócio-territorial em Portugal*, Departamento de Relações Internacionais Comunicação e Divulgação, 2009.
- **LNEC**, Laboratório Nacional de Engenharia Civil – *Análise das Condições de Habitabilidade do Edificado Existente no Bairro do Alto da Cova da Moura*. Lisboa, 2008.
- **MARQUES**, Teresa Sá (coord.) [et. al]– *Lagarteiro: Uma intervenção alicerçada na participação*. [s.l.], [s.d.].
- **MENDES**, Manuela ; FERREIRA, Carlos ; CRESPO, José ; SÁ, Teresa (coords.) – *A Cidade Entre Bairros*, Lisboa: Caleidoscópio, 2012.
- **NEL.LO**, Oriol – Contra la Segregación Urbana y por la Cohesión Social: La lei de barrios de Cataluña. Cidades – Comunidades e Território. Lisboa: ISCTE. n.º 17 (2008), pp. 33-46.
- **PARQUE EXPO** – *Requalificar: promover a qualidade de vida urbana*. [Em linha]. (2008). [consult.06 mai. 2013]. Disponível em: <http://www.oasrn.org/3R/conteudos/areareservada/areareservada6/3R-S1-C4.2-ferreira.pdf>.
- **PERELLÓ**, Carla – Vecinos de la villa 21.24 presentaron su proyecto de urbanización: Cómo transformar el barrio. Página 12 [Em linha]. (2012). [Consult. 27 abr. 2013]. Disponível em: <http://www.pagina12.com.ar/diario/sociedad/3-203627-2012-09-18.html>.
- **PINA**, José Costa – Construir a Partir do Conflito. Arquitectura e Vida. Entrevista a Jorge Jaurégui. [Consult. 03/05/2013 abr. 2013]. Disponível em: <http://www.jauregui.arq.br/entrevistas.html#02>.

- **RAPOSO**, Isabel – Bairros de génese ilegal: metamorfoses dos modelos de intervenção. *in* MENDES, Manuela; FERREIRA, Carlos ; CRESPO, José ; SÁ, Teresa (coord.) – *A Cidade Entre Bairros*, Lisboa: Caleidoscópio, 2012.
- **SACADURA**, Fernando Cabral – A Cidade, os Cidadãos e o Espaço Público. *in* António Baptista Coelho (coord.). Cadernos Edifícios. Lisboa: LNEC. n.º4 (2005), pp.169-182.
- **SALOMON**, Maria Helena Röhe - *Programa Favela-Bairro: construir cidade onde havia casa. O caso de Vila Canoa*. Arquitextos [Em linha]. (2005). [Consult. 3 mai. 2013]. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/06.064/429>.
- **SOEIRO**, Ana Teresa – *Qualificação de Áreas Urbanas Críticas*. Lisboa: Faculdade de Arquitectura da UTL, 2006. Relatório de Estágio.
- **SOUSA**, Susana – Iniciativa Bairros Críticos: uma experiência em torno de modelos de governança na gestão do território. Cidades – Comunidades e Território. Lisboa: ISCTE. n.º 16 (2008), pp. 69-75.
- **VC**, Vasco da Cunha - *Concurso Público Internacional Para a Aquisição de Serviços de Elaboração do Plano de Pormenor da Cova da Moura: Proposta*. Lisboa: Vasco da Cunha – Estudos e Projectos (S.A.), Maio de 2010.
- **VC**, Vasco da Cunha - *Plano de Pormenor da Cova da Moura: Relatório I – Estudos de Caracterização*. Lisboa: Vasco da Cunha – Estudos e Projectos (S.A.), Janeiro de 2011.

#### Sites consultados

- **ARCHDAILY** - *Favela Painting*. [Em linha]. [Consult. 16 abr. 2013]. Disponível em: <http://www.archdaily.com/62689/favela-painting/>.
- **ARCHITEIZER** - *Barrio 21.24, Buenos Aires, Argentina*. [Em linha]. Nova Iorque. [Consult. 27 abr. 2013]. Disponível em: [http://www.architizer.com/en\\_us/projects/view/barrio-21\\_24-buenos-aires-argentina/16537/#.UXvg6rUWLJY](http://www.architizer.com/en_us/projects/view/barrio-21_24-buenos-aires-argentina/16537/#.UXvg6rUWLJY).
- **CCDR LVT** – *Apresentação do PROQUAL – BRANDOA*. [Em linha]. [Consult. 23 ago. 2013]. Disponível em: <http://www.ccdr-lvt.pt/pt/apresentacao-do-proqual---brandoa/713.htm>.
- **EUROPA CONCORSI** – *Barrio 21.24, Buenos Aires, Argentina*. [Em linha]. Itália. [Consult. 15 abr. 2013]. Disponível em: <http://europaconcorsi.com/projects/154880-Barrio-21-24-Buenos-Aires-Argentina>.
- **PORTAL DA HABITAÇÃO** – *Iniciativa Bairros Críticos*. [Em linha]. [consult. 3 de mai. 2013]. Disponível em: <http://www.portaldahabitacao.pt/pt/ibc/>.
- **KOUNKUEY DESIGN INICIATIVE** [Em linha]. [Consult. 15 de mai. 2013]. Disponível em: <http://www.kounkuey.org/>.
- **PLATAFORMA URBANA** - *Proyecto de regeneración del Barrio 21.24 en Buenos Aires*. [Em linha]. [Consult. 16 abr. 2013]. Disponível em:

<http://www.plataformaurbana.cl/archive/2012/07/13/proyecto-de-regeneracion-del-barrio-21-24-en-buenos-aires/>.

- **QUADRO COMUNITÁRIO DE APOIO** [Em linha]. Aftamina. [Consult. 03 mai. 2013]. Disponível em: <http://www.qca.pt/>.
- **CITIES ALLIANCE** – *About slum upgrading*. [Em linha]. [consult. 15 mai. 2013] Disponível em: <http://citiesalliance.org/About-slum-upgrading>, consult. dia 13.05.2013.

#### **Leis consultadas**

- Decreto Regulamentar n.º 9/2009 de 29 de Maio. *Diário da República n.º 104 – 1ª Série*. Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional. Lisboa.
- Decreto de Lei n.º 262/95 de 4 de Outubro. *Diário da República n.º 230 – 1ª série*. Ministério do Planeamento e do Território. Lisboa.
- Conselho de Ministros n.º 143/2005 de 7 de Setembro. *Diário da República n.º 172, – 1ª Série*. Presidência do Conselho de Ministros. Lisboa.

## ÍNDICE GERAL

Índice de Figuras

Índice de Quadros

Índice de Cartografia Temática

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>1</b>
<b>1. (RE)QUALIFICAÇÃO URBANA</b>	
1.1. Paradigmas de intervenção	3
1.2. Áreas autoproduzidas e exclusão sócio-espacial	7
1.3. Modelos de intervenção em áreas autoproduzidas	10
1.3.1 Estratégias e programas internacionais	10
1.3.2 Programas de desenvolvimento urbano em Portugal	14
1.4. Casos de referência: princípios e metodologias	22
1.4.1. Barrio 31, Carlos Mugica   Buenos Aires	22
1.4.2. Barrio 21.24, Regeneração Urbana   Buenos Aires	26
1.4.3. Bairro do Lagarteiro, Iniciativa Bairros Críticos   Porto	28
1.5 Ideias-chave	30
<b>2. QUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO</b>	<b>31</b>
2.1. Princípios de intervenção	31
2.2. O desenho do espaço público: estratégias e recomendações	34
2.3. Casos de referência	36
2.3.1. Kounkey Design Initiative	36
2.3.2. Favela Painting Project	39
2.3.3. Jorge Jaurégui   Rocinha e Complexo do Alemão	41
2.3.4. Programa POLIS	43
2.4 Ideias-chave	46
<b>3. COVA DA MOURA: DIAGNÓSTICO SÓCIO - URBANÍSTICO</b>	<b>47</b>
3.1 Análise sócio-económica e cultural	49
3.2. Análise urbanística	51
3.2.1 A envolvente do bairro	51
3.2.2 O bairro	57
3.3. Intervenções no bairro	68
3.4. Diagnóstico	69

<b>4. PROPOSTA</b>	72
4.1 Princípios de intervenção	72
4.2 Estratégia de intervenção e objectivos	73
4.3 Critérios de qualificação	75
4.4 Pesquisa de suporte	77
4.5 Intervenção no Espaço Público do Bairro da Cova da Moura	81
<b>5. CONCLUSÃO</b>	87
<b>6. Bibliografia</b>	89
<b>Anexos</b>	93



## ÍNDICE DE FIGURAS

Fig.1 – Soweto Slum, Quénia	8
<a href="http://archiken.wordpress.com">http://archiken.wordpress.com</a>	
Fig.2 – Favela do Rio de Janeiro	8
<a href="http://designculture.com.br">http://designculture.com.br</a>	
Fig.3 – Bairro Cova da Moura, Amadora	8
<a href="http://www.bing.com/">http://www.bing.com/</a>	
Fig.4 – Gecekondu, Turquia	8
<a href="https://www.facebook.com/pages/Shantytown/">https://www.facebook.com/pages/Shantytown/</a>	
Fig.5 – “ <i>Villa 31 en Buenos Aires: un emblema que los integre a la ciudad</i> ”	22
<a href="http://www.plataformaurbana.cl/">http://www.plataformaurbana.cl/</a>	
Fig.6 – Localização da <i>Villa 31</i> , Buenos Aires	22
CASTRO, 2010	
Fig.7 – “ <i>Perdió el macrismo en la villa 21-24</i> ”	26
<a href="http://www.marcha.org.ar/">http://www.marcha.org.ar/</a>	
Fig.8 – Localização da <i>Villa 21-24</i> , Buenos Aires	26
Elaboração própria	
Fig.9 – Bairro do Lagarteiro, Campanhã	28
<a href="http://www.domitianus.com">http://www.domitianus.com</a>	
Fig.10 – Parque infantil	38
<a href="http://www.kounkuey.org">www.kounkuey.org</a>	
Fig.11 – Pavilhão multiusos	38
<a href="http://www.kounkuey.org">www.kounkuey.org</a>	
Fig.12 – Construção de tijolos	39
<a href="http://www.kounkuey.org">www.kounkuey.org</a>	
Fig.13 – Parque infantil	39
<a href="http://www.kounkuey.org">www.kounkuey.org</a>	
Fig.14 – Centro de saneamento público	39
<a href="http://www.kounkuey.org">www.kounkuey.org</a>	
Fig.15 – <i>Boy with kite</i> , Vila Cruzeiro (2007)	40
<a href="http://www.favelapainting.com">www.favelapainting.com</a>	
Fig.16 – Segunda pintura na Vila Cruzeiro (2008)	41
<a href="http://www.favelapainting.com">www.favelapainting.com</a>	
Fig.16.1 – Segunda pintura na Vila Cruzeiro (2008)	41
<a href="http://www.favelapainting.com">www.favelapainting.com</a>	
Fig.17 – Praça Cantão, Comunidade de Sta. Marta	41
<a href="http://www.favelapainting.com">www.favelapainting.com</a>	
Fig.17.1 - Praça Cantão depois da intervenção	42
<a href="http://www.favelapainting.com">www.favelapainting.com</a>	
Fig.18 – Favela da Rocinha depois da intervenção	42
<a href="http://www.jauregui.arq.br">www.jauregui.arq.br</a>	
Fig.19 – Complexo do Alemão (antes e depois)	43
<a href="http://www.jauregui.arq.br">www.jauregui.arq.br</a>	

Fig.20 – Tipologia de intervenções do programa POLIS	46
PARQUE EXPO, 2008	
Fig.21 – Tipologia de espaços públicos	63
Elaboração própria	
Fig.22 – Tipologia de espaços verdes	67
Elaboração própria	
Fig.23 – Exemplos do impacto visual no espaço público das redes aéreas de electricidade e telefone	68
Elaboração própria	
Fig.24 – Exemplos da utilidade das paletes	78
<a href="http://www.europaconcorsi.com">www.europaconcorsi.com</a>	
Fig.25 – Exemplos da utilidade dos pneus	79
<a href="https://www.facebook.com/desenvolvimentoecologico/">https://www.facebook.com/desenvolvimentoecologico/</a>	
Fig.26 – Horta vertical com garrafas	80
<a href="https://www.facebook.com/desenvolvimentoecologico/">https://www.facebook.com/desenvolvimentoecologico/</a>	
Fig.27 – Exemplos da utilidade dos bidões	80
<a href="http://sociedadeverde.org/">http://sociedadeverde.org/</a>	
Fig.28 – Esboço do espaço de horta	
Elaboração própria	
Fig.29 – Candeeiro de braço	85
internet	
Fig.30 – Esquema do sistema de drenagem	86
CASTRO, 2010	

## **ÍNDICE DE QUADROS**

Quadro 1 – Cronograma de programas de desenvolvimento urbano portugueses Estudo da Ecorys e CEDRU (2011)	14
Quadro 2 – Alguns problemas urbanos em Portugal Adaptado da Análise da Ecorys e CEDRU (2011)	15
Quadro 3 – Quadro síntese do diagnóstico Elaboração própria	69
Quadro 4 – Eixos de intervenção e objectivos Elaboração própria	73
Quadro 5 – Programa de intervenção Elaboração própria	83

## **ÍNDICE DE CARTOGRAFIA TEMÁTICA**

Mapa 1 – Principais eixos viários Elaboração própria	51
Mapa 2 – Transportes públicos colectivos Elaboração própria	52
Mapa 3 – Espaços verdes Elaboração própria	53
Mapa 4 – Tipologia habitacional e equipamentos de escala municipal/local Elaboração própria	55
Mapa 5 – Limites do bairro e barreiras Elaboração própria	56
Mapa 6 – Hierarquia viária Elaboração própria	58
Mapa 7 – Espaço edificado Elaboração própria	59
Mapa 8 – Levantamento funcional Elaboração própria	61
Mapa 9 – Estrutura do espaço público Elaboração própria	63
Mapa 10 – Iluminação pública e contentores do lixo Elaboração própria	64
Mapa 11 – Intervenções no bairro Elaboração própria	68
Mapa 12 – Percurso proposto para a recolha do lixo Elaboração própria	86